Hypera S.A.

(anteriormente denominada Hypermarcas S.A.)

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

1	Informações gerais	3
2	Resumo das principais políticas contábeis	4
3	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	26
4	Gestão do risco financeiro	27
5	Gestão de capital	31
6	Estimativa do valor justo (Consolidado)	32
7	Contabilidade de cobertura (Hedge Accounting)	33
8	Instrumentos financeiros por categoria (Consolidado)	35
9	Qualidade do crédito dos ativos financeiros	36
10	Caixa e equivalentes de caixa	37
11	Contas a receber	37
12	Estoques	38
13	Tributos a recuperar	38
14	Outros ativos	39
15	Operações descontinuadas	39
16	Investimentos	41
17	Propriedades para investimentos	42
18	Imobilizado	42
19	Intangível	43
20	Fornecedores	45
21	Cessão de créditos por fornecedores	46
22	Empréstimos, financiamentos e debêntures	46
23	Imposto de renda e contribuição social diferidos	51
24	Tributos a recolher	52
25	Contas a pagar	52
26	Contingências passivas	53
27	Capital social e reservas	58
28	Receita	64
29	Composição das contas de resultado	65
30	Lucro por ação	66
31	Compromissos	67
32	Cobertura de seguros	67
33	Transações com partes relacionadas	67
34	Eventos subsequentes	70

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Hypera S.A. ("Companhia"), com sede em São Paulo-SP, é uma Companhia farmacêutica brasileira que detém posição de liderança em diversos mercados em que está presente, oferecendo produtos de alta qualidade e segurança, investindo continuamente em inovação para crescer de forma sustentável para que as pessoas vivam mais e melhor.

A Companhia se organiza em três unidades de negócios, líderes nas categorias de produtos em que estão presentes:

- a) Produtos de Prescrição atua nas principais classes terapêuticas nas linhas de Primary Care do país, com a marca guarda-chuva Mantecorp Farmasa; com Mantecorp Skincare, oferece dermocosméticos recomendados por dermatologistas em todo o Brasil. O portfólio dessa unidade inclui marcas como Predsim, Celestamine, Episol, Maxsulid, Diprospan, Mioflex-A e Addera D3;
- b) Consumer Health líder no mercado brasileiro de medicamentos isentos de prescrição, com marcas ícones e reconhecidas há décadas pela população, incluindo Apracur, Benegrip, Coristina d, Engov, Epocler, Estomazil, dentre outras. A unidade atua também nas linhas de nutricionais, adoçantes e suplementos vitamínicos, com marcas como Tamarine, Vitasay, Biotônico Fontoura e Zero-Cal;
- c) Similares e Genéricos Com a marca Neo Química, o remédio da família brasileira, é líder nos mercados de Similares e Genéricos em que está presente. A Neo Química chega a mais de 80% dos lares no Brasil, cumprindo a missão de promover acesso à saúde com produtos de qualidade para a população.

A produção de mercadorias é substancialmente realizada nas controladas Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. e Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A., situadas no Estado de Goiás. Seu principal centro de distribuição está localizado em Anápolis-GO.

A Companhia conta ainda com uma ampla estrutura de vendas e distribuição com abrangência nacional. Seus produtos são distribuídos em todo o território brasileiro, diretamente a varejistas ou indiretamente, via distribuidores e atacadistas.

Por uma década – de 2001 até 2011 – a Companhia realizou diversas aquisições de empresas com ativos atrativos e marcas fortes, em posição de liderança em seus mercados de atuação. Os principais alvos, nesse período, foram sobretudo negócios familiares ou ativos não estratégicos de grupos multinacionais no Brasil.

A partir de 2017, a Companhia passou a estar exclusivamente voltada para o mercado farmacêutico, após uma rodada de desinvestimentos iniciada em 2015 e que resultou na alienação de seus negócios de Cosméticos (finalizada em 01 de fevereiro de 2016), Preservativos (concluída em 04 de outubro de 2016) e Produtos Descartáveis (finalizada em 06 de março de 2017), portanto, os três negócios citados acima passaram a ser reportados como Ativos mantidos para venda e Operações Descontinuadas a partir do exercício social de 2015.

Em 07 de fevereiro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a alteração da razão social da Companhia, anteriormente denominada Hypermarcas S.A., para Hypera S.A..

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2018.

a. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

b. Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

c. Operações descontinuadas

As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram baixados ou classificados como mantido para venda são divulgados nas demonstrações financeiras, separado do restante das operações da Companhia:

- Demonstração do resultado As receitas e despesas de operações descontinuadas e os ganhos e perdas resultantes das baixas de ativo mantidos para venda, são apresentados em uma única rubrica "Resultado de Operações Descontinuadas", líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.
- ii) Os ativos e passivos relacionados a operações descontinuadas são apresentadas no ativo e passivo circulantes, separadamente dos outros ativos e passivos do balanço patrimonial.

O detalhamento das referidas operações descontinuadas está descrito na Nota 15.

d. Novas Normas e Interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Espera-se que as seguintes normas tenham impactos nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

A Companhia é obrigado a adotar o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15 terá em suas demonstrações financeiras consolidadas. O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018 baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras e podem ser diferentes pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

(ii) *Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais* A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira é aplicável se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangentes (ORA); e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

(iv) Contabilidade de hedge

A IFRS 9 exigirá que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge.

A Companhia utiliza contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos e compras de estoques em moeda estrangeira.

Com a adoção da IFRS 9, a Companhia poderá optar para contabilizar mudanças no valor justo do elemento futuro separadamente, como custo de hedge. Nesse caso, essas mudanças seriam reconhecidas em ORA e acumuladas em uma reserva de custo de hedge como um componente separado dentro do patrimônio líquido e contabilizadas posteriormente da mesma forma que os ganhos e perdas acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa.

De acordo com a IAS 39, para todos os hedges de fluxo de caixa, os valores acumulados nas reservas de hedge de fluxo de caixa são reclassificados para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados do objeto de hedge afetam o resultado. Contudo, de acordo com a IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados às compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro quando este for reconhecido.

(v) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
 - ✓ A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
 - ✓ A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.
 - ✓ A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como VJORA.

Impacto estimado da adoção do CPC 48 / IRFS 9

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma com base nas análises realizadas até o fechamento destas demonstrações financeiras, e o impacto estimado de "perdas de crédito esperadas" para a rubrica de contas a receber foi avaliado como imaterial em relação aos montantes da rubrica em 31 de dezembro de 2017.

Foi realizado um estudo avaliando o comportamento dos recebíveis ao longo do tempo, observando a evolução das faixas de vencimento de um aging e conciliando os títulos através do período para identificar a eficiência no recebimento. Através do estudo mencionado foi identificado o ponto de início para perda de crédito efetiva. Partindo desta sistemática foi construída uma base histórica matriz de provisão com base na representatividade da perda esperada.

Foi adotada uma abordagem simplificada na metodologia aplicada e os estudos para aprimoramento do cálculo serão contínuos e permanentes.

A Companhia decidiu adotar o CPC 48 (IRFS 9) usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a

Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 48 (IRFS 9) ao período comparativo apresentado.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

Impacto estimado da adoção do CPC 47 / IRFS 15

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas nos contratos não identificou alterações significativas que possam gerar impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia satisfaz à obrigação de desempenho única ao transferir o bem prometido ao cliente em momento específico no tempo. Todavia as seguintes alterações estão previstas:

- (i) Reclassificação substancial de acordo e verbas (nota 29.a), atualmente classificadas como despesas comerciais para descontos em deduções de vendas; e
- (ii) Para os contratos que preveem/requerem direito de devolução implicitamente ou explicitamente a entidade deve considerar este direito no momento que for definir o valor da transação. A companhia já reconhece um valor para a provisão de devolução de vendas conhecida, a partir da implementação do IFRS 15/CPC 47 passará a realizar uma avaliação histórica das devoluções de mercado e reconhecer o valor para a provisão de devolução de vendas estimada.

A Companhia decidiu adotar o CPC 47 (IRFS 15) usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 (IRFS 15) ao período comparativo apresentado.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

(i) Transição

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia deve aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019. A Companhia ainda não determinou qual a abordagem de transição irá aplicar.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos são substancialmente detidos em empresas controladas, que são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais (Nota 16). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia não possui investimentos em coligadas, porém, possui investimento em *Joint Venture* que não é consolidado, mas avaliado pelo método de equivalência patrimonial conforme CPC 36(R3).

Transações entre a Companhia e suas controladas, saldos e ganhos não realizados em transações são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.3. Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos).

2.4. Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas em que a Companhia detém investimento são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais – R\$, que é também a moeda funcional da Companhia e de suas investidas, todas localizadas no Brasil.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

2.6. Instrumentos financeiros não derivativos

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e, empréstimos e recebíveis. Não existem instrumentos financeiros classificados como disponíveis para a venda e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do

resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

b. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c. Outros passivos financeiros

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial estes passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Para os passivos financeiros a Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um passivo financeiro ocorre quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há

evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do período no resultado financeiro.

2.8. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de

mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.9. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.10. Intangíveis

a. Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Intangível" no consolidado e como investimento na controladora. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento de negócio.

b. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição.

Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável.

Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Além das marcas próprias adquiridas em combinação de negócio, a Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado.

Esses custos são amortizados durante sua vida útil, de acordo com média estimável, conforme abaixo:

	Anos
Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças	5,7
Licenças de funcionamento	2,5

c. Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil média estimável de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

d. Pesquisas e desenvolvimento de produtos

Os gastos com pesquisas, quando incorridos, são registrados diretamente no resultado. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Esses custos são amortizados durante sua vida útil média estimável de 5 anos.

2.11. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é calculada para amortizar os custos dos itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conforme média abaixo:

	Anos
Edificações	30,4
Máquinas e equipamentos	19,6
Veículos	8,7
Móveis e utensílios	19,4

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

2.12. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC, e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.13. Ativos e Passivos mantidos para venda

Os ativos e passivos não circulantes mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado e propriedade para investimento, os quais

continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

2.14. Propriedade para investimentos

A propriedade para investimento é mensurada pelo método do custo.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme média abaixo:

	Anos
Edificações	50,0
Máquinas e equipamentos	24,0
Outros	5,0

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

2.15. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16. Cessão de crédito por fornecedores

Alguns fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de crédito", haja vista que o título será pago à instituição financeira e não mais ao fornecedor.

2.17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas a instituições financeiras, a título de custo de captação, são diferidas até que

31 de dezembro de 2017 e 2016

ocorra a efetiva operação. Quando houver probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Instrumentos financeiros compostos (os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido) emitidos pela Companhia compreendem debêntures com bônus de subscrição que podem ser convertidas em capital social à opção do titular, sendo que o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível.

O componente de patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é mensurado novamente após o reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expira.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.18. Provisões e demais passivos, exceto empréstimos, financiamentos e debêntures

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25 e também as garantias contratuais das aquisições de empresas.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. Os títulos a pagar indexados por variação cambial e sem taxas de juros são contabilizados aos seus valores presentes conforme CPC 12.

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

2.19. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no

patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Os impostos de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.20. Benefícios a empregados

a. Remuneração com base em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date).

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas.

b. Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

c. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.21. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

Ações em tesouraria

A compra de ações do capital da própria Companhia tem o seu valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos dos efeitos tributários), deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. Os ganhos ou perdas resultantes das transações são apresentados como reserva de capital.

2.22. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, no consolidado líquido das eliminações das vendas entre empresas controladas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Receita com venda de produtos e mercadorias

As vendas dos produtos e mercadorias são reconhecidas quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são substancialmente transferidos ao comprador, as disposições de aceitação tenham sido acordadas e o comprador tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda e não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos.

2.23. Arrendamentos

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas nos contratos ou vida útil dos dois o menor.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos destes arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.24. Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (Lucro por ação).

O lucro diluído por ação é calculado baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas potenciais ações ordinárias dilutivas.

2.25. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários na forma de juros sobre capital próprio à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Além disso, dividendos podem ser pagos com utilização do lucro auferido com base nas informações trimestrais da Companhia.

Esses dividendos intercalares trimestrais não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos intercalares será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos intercalares tenham sido pagos.

2.26. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.27. Ajustes não significativos de períodos anteriores

A Companhia efetuou ajustes não significativos em suas demonstrações financeiras retrospectivamente nos ativos, nos passivos e no patrimônio líquido, com a indicação, para fins comparativos, dos efeitos daqueles ajustes na demonstração do resultado, no fluxo de caixa e na demonstração do valor adicionado. Tais ajustes decorrem da revisão voluntária do procedimento

de reconhecimento de receitas adotado pela Companhia, que passou a considerar o momento da entrega de mercadorias vendidas e não mais o do faturamento.

Os valores correspondentes, individuais e consolidados, do balanço patrimonial de abertura de 2016 e do balanço patrimonial, demonstração do resultado, dos fluxos de caixa e da demonstração do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 (item 41) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para refletir os ajustes acima mencionados e detalhados a seguir:

Balanço Patrimonial de abertura do exercício comparativos 01/01/2016

		Controladora			Consolidado
Originalmente	Ainatas	Doonwoontodo	Originalmente	Ainstea	Reapresentado
apresentado	Ajustes	Keapresentado	apresentado	Ajustes	Reapresentado
004.241	(127.047)	045.104	000 000	(127.047)	0.42.022
	(/				843.033
					407.467
					237.828
	(55.296)			(55.297)	5.122.830
					3.029.531
8.606.866	(120.835)	8.486.031	9.771.757	(131.068)	9.640.689
-	22.284	22.284	16.074	25.763	41.837
1.035.043	(6.754)	1.028.289	-	-	-
5.226.111	-	5.226.111	6.035.599	-	6.035.599
6.261.154	15.530	6.276.684	6.051.673	25.763	6.077.436
14.868.020	(105.305)	14.762.715	15.823.430	(105.305)	15.718.125
3.004.265	-	3.004.265	3.350.320	-	3.350.320
3.004.265	<u> </u>	3.004.265	3.350.320	-	3.350.320
3.833.300	<u> </u>	3.833.300	4.442.655	<u> </u>	4.442.655
1.524.877	(105.305)	1.419.572	1.524.877	(105.305)	1.419.572
6.505.578	-	6.505.578	6.505.578	-	6.505.578
8.030.455	(105.305)	7.925.150	8.030.455	(105.305)	7.925.150
14.868.020	(105.305)	14.762.715	15.823.430	(105.305)	15.718.125
	984.241 70.264 198.373 4.736.879 2.617.109 8.606.866 1.035.043 5.226.111 6.261.154 14.868.020 3.004.265 3.004.265 3.833.300 1.524.877 6.505.578 8.030.455	984.241 (137.047) 70.264 53.564 198.373 17.944 4.736.879 (55.296) 2.617.109 8.606.866 (120.835) - 22.284 1.035.043 (6.754) 5.226.111 6.261.154 15.530 14.868.020 (105.305) 3.004.265 3.833.300 1.524.877 (105.305) 6.505.578 (105.305)	Originalmente apresentado Ajustes Reapresentado 984.241 (137.047) 847.194 70.264 53.564 123.828 198.373 17.944 216.317 4.736.879 (55.296) 4.681.583 2.617.109 - 2.617.109 8.606.866 (120.835) 8.486.031 - 22.284 22.284 1.035.043 (6.754) 1.028.289 5.226.111 - 5.226.111 6.261.154 15.530 6.276.684 14.868.020 (105.305) 14.762.715 3.004.265 - 3.004.265 3.833.300 - 3.833.300 1.524.877 (105.305) 1.419.572 6.505.578 - 6.505.578 8.030.455 (105.305) 7.925.150	Originalmente apresentado Ajustes Reapresentado Originalmente apresentado 984.241 (137.047) 847.194 980.080 70.264 53.564 123.828 369.677 198.373 17.944 216.317 214.342 4.736.879 (55.296) 4.681.583 5.178.127 2.617.109 - 2.617.109 3.029.531 8.606.866 (120.835) 8.486.031 9.771.757 - 22.284 22.284 16.074 1.035.043 (6.754) 1.028.289 - 5.226.111 - 5.226.111 6.035.599 6.261.154 15.530 6.276.684 6.051.673 14.868.020 (105.305) 14.762.715 15.823.430 3.004.265 - 3.004.265 3.350.320 3.833.300 - 3.833.300 4.442.655 1.524.877 (.505.578 6.505.578 6.505.578 8.030.455 (105.305) 7.925.150 8.030.455	Originalmente apresentado Ajustes Reapresentado Originalmente apresentado Ajustes 984.241 (137.047) 847.194 980.080 (137.047) 70.264 53.564 123.828 369.677 37.790 198.373 17.944 216.317 214.342 23.486 4.736.879 (55.296) 4.681.583 5.178.127 (55.297) 2.617.109 - 2.617.109 3.029.531 - - 28.606.866 (120.835) 8.486.031 9.771.757 (131.068) - 22.284 22.284 16.074 25.763 1.035.043 (6.754) 1.028.289 - - - 5.226.111 - 5.226.111 6.035.599 - - 6.261.154 15.530 6.276.684 6.051.673 25.763 14.868.020 (105.305) 14.762.715 15.823.430 (105.305) 3.004.265 - 3.004.265 3.350.320 - 3.833.300 - 3.833.3

Balanço Patrimonial do exercício comparativos em 31/12/2016

			Controladora			Consolidado
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Contas a receber	1.232.555	(208.921)	1.023.634	1.227.872	(208.921)	1.018.951
Estoques	57.941	75.844	133.785	379.992	51.324	431.316
Outros ativos	164.278	34.150	198.428	183.244	40.474	223.718
Ativos mantidos para venda	1.683.026	(24.083)	1.658.943	1.695.406	(24.083)	1.671.323
Demais ativos circulante	1.189.295		1.189.295	1.865.169	<u> </u>	1.865.169
Total circulante	4.327.095	(123.010)	4.204.085	5.351.683	(141.206)	5.210.477
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	124.262	33.636	157.898	139.906	39.824	179.730
Investimentos	1.384.145	(12.008)	1.372.137	-	-	-
Demais ativos não circulante	5.077.900	-	5.077.900	5.993.827	-	5.993.827
Total não circulante	6.586.307	21.628	6.607.935	6.133.733	39.824	6.173.557
Total do Ativo	10.913.402	(101.382)	10.812.020	11.485.416	(101.382)	11.384.034
Passivo						
Passivos mantidos para vendas	657.587	749	658.336	841.988	749	842.737
Demais passivos circulante	718.753	-	718.753	899.245	-	899.245
•	1.376.340	749	1.377.089	1.741.233	749	1.741.982
Demais passivos não circulante	726.460		726.460	933.581	-	933.581
Patrimônio líquido						
Reservas de lucros	1.998.408	(102.131)	1.896.277	1.998.408	(102.131)	1.896.277
Demais itens do Patrimônio líquido	6.812.194	-	6.812.194	6.812.194		6.812.194
•	8.810.602	(102.131)	8.708.471	8.810.602	(102.131)	8.708.471
Total do passivo e patrimônio líquido	10.913.402	(101.382)	10.812.020	11.485.416	(101.382)	11.384.034

Os impactos dos ajustes na demonstração do resultado do exercício comparativos, findo em 31 de dezembro de 201, estão apresentados a seguir:

			Controladora			Consolidado
	31/12/2016 (Anteriormente divulgado)	Ajuste	31/12/2016 (Reapresentado)	31/12/2016 (Anteriormente divulgado)	Ajuste	31/12/2016 (Reapresentado)
Receita líquida	3.391.566	(61.441)	3.330.125	3.288.747	(60.655)	3.228.092
Custo dos produtos vendidos	(1.182.345)	22.280	(1.160.065)	(846.787)	13.533	(833.254)
Lucro bruto	2.209.221	(39.161)	2.170.060	2.441.960	(47.122)	2.394.838
Receitas e despesas operacionais						
Despesas com vendas e marketing	(1.122.270)	5.772	(1.116.498)	(1.223.664)	5.772	(1.217.892)
Despesas administrativas e gerais	(126.586)	-	(126.586)	(153.763)	-	(153.763)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	4.612	(5.05.0)	4.612	1.727	-	1.727
Equivalência patrimonial	36.400	(5.254)	31.146	2.721	-	2.721
Resultado antes das receitas e despesas						
financeiras	1.001.377	(38.643)	962.734	1.068.981	(41.350)	1.027.631
Receitas financeiras	211.351	-	211.351	261.681	-	261.681
Despesas financeiras	(356.374)	-	(356.374)	(453.814)	-	(453.814)
Despesas financeiras líquidas	(145.023)	-	(145.023)	(192.133)	-	(192.133)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	856.354	(38.643)	817.711	876.848	(41.350)	835.498
Imposto de renda e contribuição social	(181.890)	11.352	(170.538)	(202.384)	14.059	(188.325)
Resultado líquido das operações continuadas	674.464	(27.291)	647.173	674.464	(27.291)	647.173
Operações descontinuadas Resultado líquido de operações descontinuadas	500.110	30.465	530.575	500.110	30.465	530.575
Resultado líquido do exercício	1.174.574	3.174	1.177.748	1.174.574	3.174	1.177.748

Os impactos dos ajustes dos fluxos de caixa do exercício comparativo, findo em 31 de dezembro de 2016, estão apresentados a seguir:

			Controladora			Consolidado
	31/12/2016 (Anteriormente divulgado)	Ajustes	31/12/2016 (Reapresentado)	31/12/2016 (Anteriormente divulgado)	Ajustes	31/12/2016 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	urvingado)	Ajustes	(Ktapresentado)	<u>urvargauo)</u>	Ajustes	(Keapresentado)
Resultado antes do imposto de renda e da						
contribuição social, incluindo operações descontinuadas	1.576.740	8.601	1.585.341	1.607.740	4.807	1.612.547
Ajustes						
Equivalência patrimonial	(27.955)	7.365	(20.590)	10.622	-	10.622
Variação nos demais ajustes	(621.126)		(621.126)	(507.122)		(507.122)
Resultado ajustado	927.659	15.966	943.625	1.111.240	4.807	1.116.047
Variação nos ativos e passivos				(2.402)		(110.10=)
Contas a receber de clientes Estoques	9.990 115.855	(106.724) 78.741	(96.734) 194.596	(3.403) (6.419)	(106.724) 78.741	(110.127) 72.322
Demais contas a receber	2.519	12.017	14.536	2.562	23.176	25.738
Variação nos demais ativos e passivos	(128.408)	-	(128.408)	(222.224)	-	(222.224)
	<u> </u>					
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	927.615		927.615	881.756		881.756
Caixa líquido proveniente das atividades de						
investimento	1.633.324		1.633.324	2.449.740		2.449.740
Caixa líquido aplicado nas atividades de		-	-		-	-
financiamentos	(4.238.415)		(4.238.415)	(4.739.626)		(4.739.626)
		-			-	-
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(1.677.476)	-	(1.677.476)	(1.408.130)		(1.408.130)
			-		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.382.926	-	2.382.926	2.756.138	-	2.756.138
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	705.450		705.450	1.348.008		1.348.008
Variação do equivalente de Caixa	(1.677.476)		(1.677.476)	(1.408.130)		(1.408.130)

Os impactos dos ajustes na demonstração do valor adicionado do exercício comparativos, findo em 31 de dezembro de 2016, estão apresentados a seguir:

			Controladora			Consolidado
	31/12/2016 (Anteriormente divulgado)	Ajustes	31/12/2016 (Reapresentado)	31/12/2016 (Anteriormente divulgado)	Ajustes	31/12/2016 (Reapresentado)
Receita Bruta						
Vendas de mercadorias e produtos, incluindo operações						
descontinuadas	5.273.795	108.188	5.381.983	5.034.164	108.188	5.142.352
Outras receitas brutas	1.964.949		1.964.949	2.058.601		2.058.601
	7.238.744	108.188	7.346.932	7.092.765	108.188	7.200.953
Insumos adquiridos de terceiros Custo dos materiais, das mercadorias e dos serviços						
vendidos	(2.314.538)	(78.688)	(2.393.226)	(1.552.139)	(68.554)	(1.620.693)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.696.264)	(10.948)	(1.707.212)	(2.001.687)	(10.946)	(2.012.633)
Perdas de valores ativos	(932.070)		(932.070)	(931.139)		(931.139)
	(4.942.872)	(89.636)	(5.032.508)	(4.484.965)	(79.500)	(4.564.465)
Valor adicionado bruto	2.295.872	18.552	2.314.424	2.607.800	28.688	2.636.488
Depreciação/amortização	(24.415)		(24.415)	(72.164)		(72.164)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	2.271.457	18.552	2.290.009	2.535.636	28.688	2.564.324
Valor adicionado recebido em transferência						
Equivalência patrimonial	27.955	(7.365)	20.590	(10.622)	-	(10.622)
Receitas financeiras	215.056		215.056	278.231		278.231
	243.011	(7.365,00)	235.646	267.609		267.609
Valor adicionado total a distribuir	2.514.468	11.187	2.525.655	2.803.245	28.688	2.831.933
Distribuição do valor adicionado						
Impostos, taxas e contribuições	485.389	8.013	493.402	310.318	25.514	335.832
Federais	475.155	5.452	480.607	493.972	22.953	516.925

Hypera S.A. (anteriormente denominada Hypermarcas S.A.) Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2017 e 2016

Estaduais	10.234	2.561	12.795	(183.654)	2.561	(181.093)
Outras distribuições do valor adicionado	854.505	-	854.505	1.318.353	-	1.318.353
Lucros retidos	1.174.574	3.174	1.177.748	1.174.574	3.174	1.177.748
Valor adicionado distribuído	2.514.468	11.187	2.525.655	2.803.245	28.688	2.831.933

Os impactos dos ajustes nos resultados acumulados dos três primeiros trimestres de 2017 estão apresentados a seguir:

			Controladora			Consolidado
_	31/03/2017 (Anteriormente divulgado)	Ajustes	31/03/2017 (Reapresentado)	31/03/2017 (Anteriormente divulgado)	Ajustes	31/03/2017 (Reapresentado)
Operações continuadas						
Receita líquida	958.426	(84.998)	873.428	927.944	(81.193)	846.751
Custo dos produtos vendidos	(322.562)	31.769	(290.793)	(235.003)	21.497	(213.506)
Lucro bruto	635.864	(53.229)	582.635	692.941	(59.696)	633.245
Despesas com vendas e marketing	(291.268)	810	(290.458)	(315.108)	810	(314.298)
Despesas administrativas e gerais	(36.151)	-	(36.151)	(44.882)	-	(44.882)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	1.795	-	1.795	(561)	-	(561)
Equivalência patrimonial	15.722	(4.268)	11.454	162		162
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	325.962	(56.687)	269.275	332.552	(58.886)	273.666
Receitas financeiras	38.648	-	38.648	53.290	-	53.290
Despesas financeiras	(26.439)		(26.439)	(39.336)		(39.336)
Despesas financeiras, líquidas	12.209		12.209	13.954		13.954
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	338.171	(56.687)	281.484	346.506	(58.886)	287.620
Imposto de renda e contribuição social	(85.839)	17.822	(68.017)	(94.174)	20.021	(74.153)
Resultado líquido das operações continuadas	252.332	(38.865)	213.467	252.332	(38.865)	213.467
Operações descontinuadas						
Resultado líquido de operações descontinuadas	(68.847)	24.832	(44.015)	(68.847)	24.832	(44.015)
Resultado líquido do exercício	183.485	(14.033)	169.452	183.485	(14.033)	169.452

			Controladora			Consolidado
	30/06/2017 (Anteriormente divulgado)	Ajustes	30/06/2017 (Reapresentado)	30/06/2017 (Anteriormente divulgado)	Ajustes	30/06/2017 (Reapresentado)
Operações continuadas Receita líquida Custo dos produtos vendidos	1.836.680 (633.687)	(88.094) 18.709	1.748.586 (614.978)	1.780.218 (449.879)	(86.602) 9.233	1.693.616 (440.646)
Lucro bruto	1.202.993	(69.385)	1.133.608	1.330.339	(77.369)	1.252.970
Despesas com vendas e marketing Despesas administrativas e gerais Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas Equivalência patrimonial	(580.759) (75.559) 33.561 33.023	2.453	(578.306) (75.559) 33.561 27.754	(623.363) (91.645) 17.234 485	2.453	(620.910) (91.645) 17.234 485
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	613.259	(72.201)	541.058	633.050	(74.916)	558.134
Receitas financeiras Despesas financeiras	87.423 (47.296)	-	87.423 (47.296)	107.550 (67.550)	-	107.550 (67.550)
Despesas financeiras, líquidas	40.127		40.127	40.000	<u> </u>	40.000
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	653.386	(72.201)	581.185	673.050	(74.916)	598.134
Imposto de renda e contribuição social	(162.481)	22.757	(139.724)	(182.145)	25.472	(156.673)
Resultado líquido das operações continuadas	490.905	(49.444)	441.461	490.905	(49.444)	441.461
Operações descontinuadas Resultado líquido de operações descontinuadas	(112.482)	24.832	(87.650)	(112.482)	24.832	(87.650)
Resultado líquido do exercício	378.423	(24.612)	353.811	378.423	(24.612)	353.811

			Controladora			Consolidado
·	30/09/2017 (Anteriormente divulgado)	Ajustes	30/09/2017 (Reapresentado)	30/09/2017 (Anteriormente divulgado)	Ajustes	30/09/2017 (Reapresentado)
Operações continuadas						
Receita líquida	2.825.386	(134.761)	2.690.625	2.734.838	(129.085)	2.605.753
Custo dos produtos vendidos	(1.004.870)	46.398	(958.472)	(691.922)	28.548	(663.374)
Lucro bruto	1.820.516	(88.363)	1.732.153	2.042.916	(100.537)	1.942.379
Despesas com vendas e marketing	(932.828)	8.124	(924.704)	(999.587)	8.124	(991.463)
Despesas administrativas e gerais	(116.730)	-	(116.730)	(138.840)	-	(138.840)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	24.944	-	24.944	1.781	-	1.781
Equivalência patrimonial	68.925	(8.034)	60.891	483		483
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	864.827	(88.273)	776.554	906.753	(92.413)	814.340
Receitas financeiras	116.627		116.627	140.295		140.295
Despesas financeiras	(63.896)	-	(63.896)	(90.891)	-	(90.891)
Despesas financeiras, líquidas	52.731		52.731	49.404	-	49.404
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	917.558	(88.273)	829.285	956.157	(92.413)	863.744
Imposto de renda e contribuição social	(207.297)	27.281	(180.016)	(245.896)	31.421	(214.475)
Resultado líquido das operações continuadas	710.261	(60.992)	649.269	710.261	(60.992)	649.269
Operações descontinuadas	<u>. </u>	·				
Resultado líquido de operações descontinuadas	(154.497)	24.832	(129.665)	(154.497)	24.832	(129.665)
Resultado líquido do exercício	555.764	(36.160)	519.604	555.764	(36.160)	519.604

Os impactos dos ajustes no lucro por ação do exercício comparativo, findo em 31 de dezembro de 2016, estão apresentados a seguir:

a. Básico

	31	/12/2016 (Anteriormen	te divulgado)	Ajuste			31/12/2016 (Reapresentado)		
	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia Quantidade média ponderada de	674.464	500.110	1.174.574	(27.291)	30.465	3.174	647.173	530.575	1.177.748
ações ordinárias emitidas (milhares)	631.478	631.478	631.478				631.478	631.478	631.478
Lucro básico por ação	1,06807	0,79197	1,86004	(0,03558)	0,04060	0,00503	1,03249	0,83257	1,86507

b. Diluído

	31/	12/2016 (Anteriormen	ite divulgado)	Ajuste			31/12/2016 (Reapresentado)		
	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	674.464	500.110	1.174.574	(27.291)	30.465	3.174	647.173	530.575	1.177.748
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)									
(minutes)	631.478	631.478	631.478	-	-	-	631.478	631.478	631.478
Ajustes de: Opções de compra de ações	40.000	40.000	40.000				40.000	40.000	40.000
(milhares) Quantidade média ponderada de	10.033	10.033	10.033		-		10.033	10.033	10.033
ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	641.511	641.511	641.511				641.511	641.511	641.511
Lucro diluído por ação	1,05137	0,77958	1,83095	(0,04254)	0,04749	0,00495	1,00883	0,82707	1,83590

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Julgamentos contábeis críticos

Vida útil das marcas

Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível para a vida útil das marcas pode não ser adequado. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização.

3.2. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios, estão contempladas abaixo.

a. Perda (impairment) estimada em ágio e marcas e patentes

A Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nas contas de ágio e de marcas e patente, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 19).

b. Alocação de valor justo nas combinações de negócios

A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do CPC 15 (Combinação de negócios) e identifica os itens em que considera necessária a contratação de peritos externos independentes, os quais são contratados para apoio na avaliação do valor justo desses referidos itens.

c. Vida útil de ativos imobilizados

A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada. (Nota 18).

d. Realização de tributos diferidos

A realização dos créditos de imposto de renda diferidos é avaliada a partir de estudos técnicos aprovados pelo Conselho de Administração com base no planejamento orçamentário.

e. Valores justos de derivativos e programa de opção de ações (Stock Options)

As estimativas de valor justo de instrumentos derivativos e das opções de ações são baseadas em modelos consolidados no mercado, conforme divulgado nas Nota 27 ((c) para as opções) e Nota 4 ((f) Derivativos) e tais modelos vem sendo aplicados de maneira uniforme ao longo dos períodos apresentados.

4 Gestão do risco financeiro

a. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado incluindo risco de moeda, de valor justo, de taxa de juros, de fluxo de caixa, de preço, de crédito e de liquidez.

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

b. Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

	-			Consolidado	
	2017			2016	
	US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil	
Ativo					
Contas a receber	-	-	(11)	(37)	
Passivo					
Fornecedores	16.292	53.982	14.646	47.666	
Cessão de crédito por fornecedores	32.100	106.363	40.249	130.995	
Empréstimos e financiamentos	50.290	166.637	101.799	331.304	
Instrumentos derivativos que mitigam riscos	(92.826)	(307.580)	(158.559)	(516.029)	
Exposição líquida	5.856	19.402	(1.876)	(6.101)	

c. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos, debêntures e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação

de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos.

No quadro a seguir está apresentada a exposição a risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI, TJLP e TR:

	31 de dezembro de 2017		
	Controladora	Consolidado	
Empréstimo financiamentos e Swaps CDI	157.970	157.970	
Financiamento TJLP	161.134	161.134	
Financiamento TR	45.272	145.125	
Títulos a Pagar CDI	19.669	19.669	
Aplicações financeiras (Nota 10)	(1.347.895)	(1.512.413)	
Exposição líquida	(963.850)	(1.028.515)	

d. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e operações compromissadas, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de *rating* descritas na Nota 9 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros).

e. Risco de liquidez

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Esses valores não fecham com o balanço patrimonial em virtude de ser uma estimativa.

					Consolidado - 2017
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Debêntures	99.104	-	-	-	99.104
Empréstimos e financiamentos	249.279	75.437	208.545	160.010	693.271
Títulos a pagar	19.669	-	-	-	19.669
Fornecedores	178.271	2.348	-	-	180.619
Cessão de créditos por fornecedores	124.304	-	-	-	124.304
Contas a pagar	200.649	11.855	-	-	212.504
Instrumentos financeiros derivativos	(10.618)		-		(10.618)
	860.658	89.640	208.545	160.010	1.318.853
					Consolidado – 2016
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Debêntures	109.165	99.104	-	-	208.269
Empréstimos e financiamentos	56.429	377.118	127.338	153.640	714.525

Títulos a pagar	37.590	-	-	-	37.590
Fornecedores	124.901	-	-	-	124.901
Cessão de créditos por fornecedores	173.386	-	-	-	173.386
Contas a pagar	164.396	1.599	-	-	165.995
Instrumentos financeiros derivativos	(200.625)	(23.968)			(224.593)
	465.242	453.853	127.338	153.640	1.200.073
	465.242	453.853	127.338	153.640	1.200.0

f. Derivativos

No ano de 2017 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos de termo de moeda (Dólar x Real) e Swap Cambial.

As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger as oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de empréstimos e financiamentos e fornecedores. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade na letra (b) a seguir).

Em 31 de dezembro de 2017, as operações de instrumentos derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R\$ 337.580 (Em 31 de dezembro de 2016 – R\$ 561.029) no consolidado e R\$ 198.491 (Em 31 de dezembro de 2016 – R\$ 370.846) na controladora. Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram ganhos no valor de R\$ 9.314 (Em 31 de dezembro de 2016 ganhos de R\$ 333.680) no consolidado e ganhos no valor de R\$ 8.398 (Em 31 de dezembro de 2016 ganhos de R\$ 351.626) na controladora.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

Controladora

Tipo	Contrapartes	Valor de Referência (nocional)		Valor Justo a re	eceber (a pagar) Ganhos		s (perdas) realizados	
(em R\$ milhares)		dez/17	dez/16	dez/17	dez/16	dez/17	dez/16	
Moeda Estrangeira								
Contratos a termo Posição comprada	BofA, Bradesco, Morgan Stanley	2.816 2.816	396 396	34 34	(9) (9)	(7) (7)	15.624 15.624	
Contratos de Swap Posição comprada	Tokyo-Mitsubishi	165.675 165.675	325.450 991.998	7.299 7.299	351.545 166.107	326.150 118.849	(17.145) (36.860)	
Posição vendida		-	(666.548)	-	185.438	207.301	19.715	
Subtotal		168.491	325.846	7.333	351.536	326.143	(1.521)	
<u>Taxa de Juros</u> <u>Contratos de Swap</u> Posição Ativa-Pré	Santander	30.000 30.000	45.000 45.000	1.065 1.065	90 90	(59) (59)	(1.072) (1.072)	
Total		198.491	370.846	8.398	351.626	326.084	(2.593)	

Consolidado

Tipo	Contrapartes	Valor de Referência (nocional)		a recel	Valor Justo per (a pagar)	Ganhos (perdas) realizados	
(em R\$ milhares)		dez/17	dez/16	dez/17	dez/16	dez/17	dez/16
Moeda Estrangeira Contratos a termo		141.905	190.579	950	(17.955)	(33.991)	(22.060)
Posição comprada	BofA, BR Partners, Bradesco, Citibank, Itaú, Morgan Stanley, Original, Safra, Santander, Tokyo	141.905	199.109	950	(18.067)	(34.983)	(21.721)
Posição vendida		-	(8.530)	-	112	992	(339)
Contratos de Swap Posição comprada	Tokyo-Mitsubishi	165.675 165.675	325.450 991.998	7.299 7.299	351.545 166.107	326.150 118.849	(17.145) (36.860)
Posição vendida		-	(666.548)	-	185.438	207.301	19.715
Subtotal		307.580	516.029	8.249	333.590	292.159	(39.205)
<u>Taxa de Juros</u> Contratos de Swap		30.000	45.000	1.065	90	(59)	(1.072)
Posição Ativa-Pré	Santander	30.000	45.000	1.065	90	(59)	(1.072)
Total		337.580	561.029	9.314	333.680	292.100	(40.277)

g. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

- (i) Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela BM&FBOVESPA.
- (ii) Swaps são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de cupom cambial e de DI futuro para cada data base, conforme informado pela BM&FBOVESPA.

h. Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos que descrevem os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, considerando 5,02% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras trimestrais contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar estadunidense, respectivamente (cenários II e III).

						Consolidado
Risco		Cenário I		Cenário II		Cenário III
(em R\$ milhares)			2	5% de oscilação	50% de oscilação	
	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação
Cotação do dólar	3,147	3,480	2,485	4,142	1,657	4,970
Moeda Estrangeira						
Hedge econômico	(14.999)	14.999	(74.710)	74.710	(149.417)	149.417
Contratos a termo	(6.684)	6.684	(33.290)	33.290	(66.580)	66.580
Swap	(8.315)	8.315	(41.420)	41.420	(82.837)	82.837
Objeto do hedge econômico	15.071	(15.071)	75.070	(75.070)	150.138	(150.138)

Efeito líquido	72	(72)	360	(360)	721	(721)
Títulos a Pagar sujeitos à variação cambial de curto prazo	15.071	(15.071)	75.070	(75.070)	150.138	(150.138)

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar estadunidense, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nossos empréstimos, financiamentos, debêntures, e títulos a pagar projetado para o primeiro trimestre de 2018.

Controladora

Empráctimos a Einensiementos a

Cenários de variação	Cenário Provável*	Variação de 25%	Variação de 50%
Empréstimo CDI	(177)	2.721	5.442
Financiamentos TJLP	(376)	2.820	5.640
Empréstimo TR	-	1	2
Títulos a Pagar CDI	(22)	339	678
Aplicações Financeiras	1.513	(23.217)	(46.435)
Total do efeito perda (ganho)	938	(17.336)	(34.673)

Consolidado

Cenários de variação	Cenário Provável*	Variação de 25%	Variação de 50%
Empréstimo CDI	(177)	2.721	5.442
Financiamentos TJLP	(376)	2.820	5.640
Empréstimo TR	-	4	7
Títulos a Pagar CDI	(22)	339	678
Aplicações Financeiras	1.698	(26.051)	(52.103)
Total do efeito perda (ganho)	1.123	(20.167)	(40.336)

^{*} Premissas Cenário Provável

CDI previsto 6,77% a.a.

TR previsto de 0,01% a.a.

TJLP prevista de 6,75% a.a.

5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

31 de dezembro de 2017 e 2016

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 podem ser assim sumariados:

sumarrados.		
	2017	2016 (Reapresentado)
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 22)	656.329	860.158
Total de títulos a pagar	19.669	47.402
Perda (ganho) com <i>hedge</i> financeiro	(7.299)	(351.543)
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(1.522.135)	(1.348.008)
Dívida líquida	(853.436)	(791.991)
Total do patrimônio líquido	7.737.759	8.708.471
Patrimônio líquido ajustado	6.884.323	7.916.480
Índice da dívida líquida pelo patrimônio líquido (*)	N.A.	N.A.

^(*) Não aplicável, pois o montante de caixa e equivalentes de caixa é superior a dívida líquida demonstrado acima.

6 Estimativa do valor justo (Consolidado)

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares (Nota 22 b).

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1)
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2)
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3)

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2017, bem como os instrumentos financeiros não mensurados a valor justo mas cuja divulgação do valor justo é requerida.

_			Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Aplicações financeiras (Nota 10)	-	1.512.413	1.512.413
Instrumentos financeiros derivativos	-	10.132	10.132
Total do ativo		1.522.545	1.522.545
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures demonstrados ao valor justo (Nota 22(b))	-	652.229	652.229

Instrumentos financeiros derivativos	-	818	818
Total do passivo		653.047	653.047

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2016, bem como os instrumentos financeiros não mensurados a valor justo mas cuja divulgação do valor justo é requerida.

			Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Aplicações financeiras (Nota 10)	-	1.324.488	1.324.488
Instrumentos financeiros derivativos	-	361.916	361.916
Total do ativo		1.686.404	1.686.404
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures demonstrados ao valor			
justo (Nota 22(b))	-	817.843	817.843
Instrumentos financeiros derivativos	-	28.236	28.236
Total do passivo		846.079	846.079

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia.

7 Contabilidade de cobertura (*Hedge Accounting*)

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

De acordo com as características do *hedge*, a Companhia possui como prática contábil adotar a contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), conforme previsto no CPC 38. Para as operações que são designadas para *hedge accounting*, a Companhia documenta formalmente a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação prospectiva, tanto no momento da designação da relação de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% a 125%.

Hedges de fluxos de valor justo

A Companhia adota o *hedge* de valor justo para as suas operações de 4131 e debênture com swap, de modo que tanto os instrumentos de *hedge* quanto os objetos de *hedge* são contabilizados pelo valor justo contra resultado. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

Operação	Indexação	Tipo de <i>hedge</i>	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	Ganho (perda) no resultado
Empréstimo – 4131	USD + Spread	Valor justo	165.675	(166.637)	4
Swap – 4131	USD + Spread vs. % CDI	Valor justo	165.675	7.299	-
Debênture Pré	Taxa Pré	Valor justo	30.000	(31.202)	81
Swap – CDI	Taxa Pré vs. % CDI	Valor justo	30.000	1.065	-

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os objetos de *hedge* anteriormente reconhecidos pelo valor justo voltam a ser registrados pelo custo amortizado.

Hedges de fluxos de caixa

A Companhia adota o *hedge* de fluxo de caixa para as operações relacionadas a maioria das operações de fornecedores. Os instrumentos de *hedge* são contabilizados pelo valor justo e o objeto de *hedge* pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de *hedge* e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de *hedge* quanto os objetos de *hedge* impactam o resultado pelo valor na curva.

Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

Operação	Indexação	Tipo de <i>hedge</i>	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	resultado abrangente
Contas a Pagar	USD	Fluxo de Caixa	122.550	(122.550)	-
NDF	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	122.550	734	75

O fluxo de caixa destas operações está informado na Nota de Gestão de Risco Financeiro – Risco de Liquidez (Nota 4(e)).

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente e ajuste de *hedge accounting* diferido no Patrimônio Líquido é reconhecido no resultado do exercício.

8 Instrumentos financeiros por categoria (Consolidado)

				2017
_	Empréstimos e recebíveis	Valor Justo por outros resultados abrangentes	por meio do	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de Clientes (Nota 11)	1.222.979	-	-	1.222.979
Aplicações financeiras (Nota 10)	- 0.722	-	1.512.413	1.512.413
Caixa e bancos (Nota 10) Instrumentos financeiros derivativos	9.722	1.524	8.608	9.722 10.132
Outros ativos	65.010	1.524	6.006	65.010
	1.297.711	1.524	1.521.021	2.820.256
-				
	77.1			2017
	Valor justo por outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 22)	-	197.839	458.490	656.329
Fornecedores (Nota 20)	-	-	180.619	180.619
Cessão de créditos por fornecedores (Nota 21)	-	-	124.304	124.304
Contas a pagar	- 010	-	177.545	177.545
Instrumentos financeiros derivativos	818 818	197.839	940.958	1.139.615
	Empréstimos e	Valor Justo po outros resultado	Ativos ao r valor justo	•
	recebíveis	abrangente		
Ativos, conforme o balanço patrimonial Contas a receber de Clientes (Nota 11)	1.018.951			1.018.951
Aplicações financeiras (Nota 10)	- 22.520		- 1.324.488	
Caixa e bancos (Nota 10) Instrumentos financeiros derivativos	23.520	14	2 361.774	23.520 361.916
Outros ativos	63.944	14	- 501.774	63.944
	1.106.415	14	2 1.686.262	_
				2016
	Valor j por ou resulta	tros justo por	Outros	
	abrange		passivos financeiros	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 22)		- 377.242	482.916	860.158
Fornecedores (Nota 20)			124.901	124.901
Cessão de créditos por fornecedores (Nota 21)			173.386	173.386
Contas a pagar Instrumentos financeiros derivativos (*)	-	756 22.400	143.617	143.617
mstrumentos iniancentos derivativos (**)		.756 22.480 .756 399.722	924.820	28.236 1.330.298
	.)		774.070	17.70.470

^(*) As operações designadas para Hedge de Fluxo de Caixa são inicialmente reconhecidas como resultados abrangentes.

9 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros (caixa e equivalentes de caixa) pode ser avaliada mediante informações históricas sobre os índices de inadimplência:

	Controladora			Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (*)				
AAA	792.612	609.245	821.677	1.015.743
AA+	455.358	27.809	593.579	263.799
AA-	106.702	68.373	106.760	68.373
	1.354.672	705.427	1.522.016	1.347.915

O saldo residual do item "caixa e equivalentes de caixa" do balanço patrimonial é substancialmente dinheiro em caixa.

	Controladora			Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Ativos financeiros derivativos				
AAA	8.397	361.648	9.666	361.843
AA+	1	-	39	-
A+	-	-	314	-
BBB+	-	-	-	73
BBB	-	-	113	-
	8.398	361.648	10.132	361.916

^(*) Fonte: Agências de risco Moody's, Standard & Poor's e Fitch, em escala local, quando disponível, caso contrário em escala global.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

Contas a receber de clientes - A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, histórico de pagamentos, informações públicas e de instituições de análise de crédito (Serasa, CISP e Credinfar). Os limites de riscos individuais são determinados com base em monitorações internas e regulares.

Parte significativa das vendas da Companhia é realizada para distribuidores, grandes redes varejistas e supermercados com uma rede de distribuição pulverizada no território nacional o que mitiga o risco de crédito consolidado da Companhia. Adicionalmente, a área de análise de crédito utiliza os controles anteriormente referidos para acompanhamento e avaliação constantes da carteira da Companhia. Vide detalhes sobre a análise de vencimentos na Nota 11.

10 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	6.825	13.840	9.722	23.520
Aplicações financeiras: Operações compromissadas CDBs	908.409 439.486	611.131 80.479	1.010.780 501.633	1.004.409 320.079
	1.347.895	691.610	1.512.413	1.324.488
	1.354.720	705.450	1.522.135	1.348.008

As aplicações financeiras têm rendimento entre 50,0% e 102,0% (em 31 de dezembro de 2016 entre 97,5% e 102,0%) da variação do CDI com média ponderada de 99,4% (em 31 de dezembro de 2016 – 100,3%).

11 Contas a receber

		Controladora		Consolidado
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Clientes no país/exterior Provisão para créditos de	1.277.416	1.054.117	1.276.633	1.054.195
liquidação duvidosa	(49.499)	(30.483)	(52.406)	(35.244)
	1.227.917	1.023.634	1.224.227	1.018.951

Os valores de contas a receber que encontra-se vencido, mas não *impaired*, referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	(Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Até três meses	20.386	33.486	20.386	33.486
Acima de três meses	6.556	4.564	6.556	4.564
	26.942	38.050	26.942	38.050

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas e marketing". Os valores debitados na conta de provisão são geralmente baixados do contas a receber quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém determinados títulos como garantia, conforme descrito na Nota 22 (a).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está assim representada:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31/12/2016	(30.483)	(35.244)
Adições do período	(24.525)	(24.609)
Baixas do período	5.509	7.447
Saldos em 31/12/2017	(49.499)	(52.406)

12 Estoques

		Controladora		Consolidado
		2016		2016
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Produto acabado e revenda	143.341	133.310	181.087	182.711
Produto semiacabado	-	-	17.749	12.904
Matéria-prima	-	34	205.192	205.815
Manutenção e suprimentos	51	441	50.748	29.886
	143.392	133.785	454.776	431.316

O saldo dos estoques está sendo apresentado líquido da provisão para perdas que foram registradas no resultado do período como "Custo dos Produtos Vendidos".

A tabela abaixo apresenta a movimentação da provisão:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2016	(10.880)	(33.287)
Adições do período (a)	(38.111)	(40.614)
Baixas do período (b)	31.805	29.397
Saldo em 31/12/2017	(17.186)	(44.504)

⁽a) Referem-se à constituição de provisão para perdas por descontinuidade, validade, qualidade e realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Companhia.

13 Tributos a recuperar

		Controladora		Consolidado
	2017 (*)	2016	2017 (*)	2016
PIS/COFINS/IPI e outros	159.198	_	168.314	3.471
ICMS	96.728	111.811	175.763	203.692
IRPJ e CSLL a recuperar	133.114	6.146	158.301	26.412
	389.040	117.957	502.378	233.575
Circulante	293.035	60.990	355.194	158.136
Não circulante	96.005	56.967	147.184	75.439

 $^{(*)\} Alterações\ dos\ valores\ substancialmente\ em\ função\ da\ reclassificação\ de\ ativos\ mantidos\ para\ venda.$

⁽b) Compostas, substancialmente, pelas baixas e reversões dos produtos descartados pela Companhia e por suas controladas.

14 Outros ativos

		Controladora		Consolidado
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Despesas antecipadas	229.880	117.268	244.750	132.250
Títulos a receber	65.010	63.944	65.010	63.944
Depósitos judiciais	116.710	106.769	145.367	133.035
Adiantamentos	25.944	23.785	53.229	35.195
Outros	1.475	366	2.601	604
	439.019	312.132	510.957	365.028
Circulante	316.197	198.428	358.136	223.718
Não circulante	122.822	113.704	152.821	141.310

15 Operações descontinuadas

Em 31 de dezembro, os ativos e passivos mantidos para venda estava apresentados ao valor justo menos custos para venda e compreendia o seguinte itens:

	Consolidado
	2016
2017	(Reapresentado)
Contas a receber -	379.637
Estoques -	256.992
Tributos a recuperar -	197.298
Instrumentos financeiros derivativos 32	71
Outros ativos -	48.612
Imposto de renda e contribuição social diferidos -	17.424
Tributos a recuperar (não circulante) -	31.550
Investimentos 2.909	-
Imobilizado -	415.558
Intangível -	324.181
Total dos Ativos mantidos para venda 2.941	1.671.323
	_
Fornecedores 219	170.851
Cessão de crédito por fornecedores 1.701	119.394
Tributos a recolher -	7.144
Instrumentos financeiros derivativos 12	4.850
Salários a pagar -	14.777
Tributos a recolher (não circulante)	7.181
Contas a pagar 47.276	146.798
Imposto de renda e contribuição social diferidos -	371.742
Total dos Passivos mantidos para venda 49.208	842.737
(46.267)	828.586

Resultado das operações descontinuadas

	2017	2016 (Reapresentado)
	Operações descontinuadas	Operações descontinuadas
Receitas líquidas de vendas	225.487	1.495.030
Custos dos produtos vendidos	(152.466)	(929.117)
Lucro bruto	73.021	565.913
(Despesas)/receitas Resultado de alienação	(70.891) (211.530)	(833.518) 1.066.126
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(209.400)	798.521
Despesas financeiras	(5.685)	(21.472)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(215.085)	777.049
Imposto de renda e contribuição social	68.551	(246.474)
Resultado líquido do exercício	(146.534)	530.575

Cosméticos (até 1º fevereiro de 2016)

Alienação do negócio de fabricação e comercialização de Cosméticos para a Coty pelo valor de R\$ 3.800.000 (três bilhões e oitocentos milhões de reais), incluindo as marcas Bozzano, Biocolor, Monange, Risqué, Paixão e Cenoura & Bronze, dentre outras. Os valores relativos à alienação do negócio de Cosméticos já foram totalmente recebidos.

Preservativos (até 04 de outubro de 2016)

Alienação do negócio de Preservativos para a Reckitt Benckiser (Brasil) Ltda. por R\$ 675.000 (seiscentos e setenta e cinco milhões de reais), incluindo as marcas Jontex, Olla e Lovetex. Os valores relativos à alienação do negócio de preservativos já foram totalmente recebidos.

Produtos Descartáveis (até 06 de março de 2017)

Alienação do negócio de produtos descartáveis da Companhia ("Negócio de Produtos Descartáveis") à Hygienic Disposables Brazil Participações Ltda., uma subsidiária brasileira da Ontex Group NV, pelo valor total de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais). Os valores relativos à alienação do negócio de descartáveis já foram totalmente recebidos.

16 Investimentos

Os investimentos continuados mantidos pela Companhia podem ser abaixo apresentados:

Empresa	Data da Constituição	País	Negócio	Participações nas ações/quotas	Tipo de participações
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	17/12/2008	Brasil	Adoçantes/Farma	100%	Direta
My Agência de Propaganda Ltda.	29/11/1999	Brasil	Agência de publicidade	100%	Direta
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	24/06/2002	Brasil	Farma	73,52%	Direta
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	24/06/2002	Brasil	Farma	26,48%	Indireta
Bionovis S.A.	15/07/2010	Brasil	Biotecnologia	25%	Direta
Sauluz Participações Ltda (anteriormente denominada Hypera Participações Ltda)	26/06/2012	Brasil	Farma	100%	Direta
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica S.A.	15/09/1966	Brasil	Farma	100%	Indireta
Mantecorp Participações S.A.	28/09/2016	Brasil	Farma	100%	Direta

a. Movimentação dos investimentos da Controladora

	Brainfarma	Cosmed	My	Bionovis	
·	Custo	Custo	Custo	Custo	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016 (Reapresentado)	515.945	505.079	6.668	597	1.028.289
Aumento de capital	24.370	_			24.370
Equivalência patrimonial	(11.021)	40.336	(890)	2.721	31.146
Stock Option	159	71	4	_	234
Ajuste de avaliação patrimonial	62	210	-	-	272
Alienação de investimentos	340.000	(214)	-	_	339.786
Dividendos	(11.067)	(97.891)	-	-	(108.958)
Reclassificação de ativo mantido para venda	5.257	51.680	61	-	56.998
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	863.705	499.271	5.843	3.318	1.372.137
Aumento de capital	88.300	_			88.300
Equivalência patrimonial	43.399	60.046	(2.078)	2.868	104.235
Stock Option	1.963	30	130	-	2.123
Ajuste de avaliação patrimonial	(89)	(15)	-	_	(104)
Alienação de investimentos (*)	(164.119)	· -	-	-	(164.119)
Dividendos	(7.824)	(14.703)	-	-	(22.527)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	825.335	544.629	3.895	6.186	1.380.045

^(*) Alienado para a Cosmed.

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das principais controladas, como também no total de seus ativos e passivos:

2017	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)	Lucro (prejuízo) ajustado (*)
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	710.741	157.812	278.626	61.913	60.046
My Agência de Propaganda Ltda.	8.058	4.164	13.100	(2.078)	(2.078)
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	1.671.412	546.488	1.164.734	56.217	43.399
					Lucro
2016	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)	(prejuízo) ajustado (*)
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	867.606	309.201	1.330.889	104.022	40.336
My Agência de Propaganda Ltda.	7.852	2.009	9.600	(829)	(890)
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	1.522.291	520.962	1.006.489	12.600	(11.021)

^(*) Refere-se ao lucro (prejuízo) do período pelas operações entre a Investidora e suas Investidas.

b. Equivalência patrimonial

		Patrimônio Líquido ajustado em 31		Equivalência patrimonial em 31	Saldo do investimento em 31 de	Equivalência patrimonial em 31 dezembro de	Saldo do investimento em 31 de dezembro
	Quantidade de ações e quotas	de dezembro de 2017	Participação %	dezembro de 2017	dezembro de 2017	2016 (Reapresentado)	de 2016 (Reapresentado)
Cosmed Indústria de							
Cosméticos e Medicamentos							
S.A.	1.525.000.947	597.330	100%	60.046	597.320	40.336	551.962
My Agência de Propaganda							
Ltda.	14.009.999	3.895	100%	(2.078)	3.895	(890)	5.843
Brainfarma Indústria							
Química e Farmacêutica S.A.	249.158.539	772.634	100%	43.399	772.644	(11.021)	811.014
Bionovis S.A.	6.000.000	24.745	25%	2.868	6.186	2.721	3.318
				104.235	1.380.045	31.146	1.372.137

17 Propriedades para investimentos

Foi reclassificado para propriedade para investimentos um imóvel utilizado como centro de distribuição que é locado a terceiros por períodos que variam de 5 a 6 anos, cuja receita de aluguel prevista para 2018 é de R\$ 17.341, com previsão de reajuste anual pela variação do IGP-M/FGV (Fundação Getúlio Vargas). Este imóvel está registrado pelo valor de custo R\$ 156.652, com valor justo de R\$ 199.560.

	2017	2016
Saldos em 1º de janeiro	60.887	_
Adições	743	-
Reclassificação de imobilizado	99.079	60.887
Depreciação	(3.983)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	156.726	60.887
Custo total	172.940	65.555
Depreciação acumulada	(16.214)	(4.668)
Valor residual	156.726	60.887

18 Imobilizado

Controladora

_	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas equipamentos e Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Imobilização em andamento	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	271	17.487	15.016	43	7.837	12.774	53.428	5.270	58.698
Adições	-	111	4.232	159	986	6	5.494	2.386	7.880
Baixa	-	-	(270)	-	(1.877)	(82)	(2.229)	-	(2.229)
Depreciação	=	(4.952)	(2.827)	(24)	(531)	(1.824)	(10.158)	=	(10.158)
Transferência	=	-	4.397	-	8	-	4.405	(4.298)	107
Reclassificação de ativo									
mantido para venda	4.888	114.787	15.938	833	2.036	2.286	140.768	4.043	144.811
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.159	127.433	36.486	1.011	8.459	13.160	191.708	7.401	199.109
Custo total Depreciação acumulada	5.159	151.838 (24.405)	65.840 (29.354)	5.176 (4.165)	12.181 (3.722)	23.257 (10.097)	263.451 (71.743)	7.401	270.852 (71.743)
Valor residual	5.159	127.433	36.486	1.011	8.459	13.160	191.708	7.401	199.109
Adições Baixa	-	(17)	5.368 (369)	(41)	708 (86)	200 (77)	6.276 (590)	485	6.761 (590)
Depreciação	-	(4.292)	(6.378)	(795)	(725)	(1.438)	(13.628)	_	(13.628)
Transferência	-	3.381	7.233	(1)	86	(1)	10.698	(10.698)	
Reclassificado para Propriedade para	(2.700)	(99.105)	(0.720)			(1.250)	(102.050)	2,000	(00.070)
Investimento	(2.788)	(88.195)	(9.730)	-	-	(1.356)	(102.069)	2.990	(99.079)

Reclassificação de ativo mantido para venda Saldos em 31 de			693	107	(17)		783		783
dezembro de 2017	2.371	38.310	33.303	281	8.425	10.488	93.178	178	93.356
Custo total Depreciação acumulada	2.371	63.247 (24.937)	67.785 (34.482)	4.778 (4.497)	12.797 (4.372)	17.080 (6.592)	168.058 (74.880)	178	168.236 (74.880)
Valor residual	2.371	38.310	33.303	281	8.425	10.488	93.178	178	93.356

Consolidado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Imobilização em andamento	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	4.230	211.738	423.514	247	18.015	24.596	682.340	58.321	740.661
Adições por aquisição de empresa	296	1.505	1.030		13	4	2.848		2.848
Adições Adições	290	1.505	32.428	163	3.219	1.424	37.359	52.644	90.003
Baixa	-	123	(1.825)	103	(1.896)	(82)	(3.803)	(108)	(3.911)
Depreciação	-	(10.492)	(35.772)	(63)	(1.658)	(4.180)	(52.165)	(108)	(52.165)
Transferência Reclassificação de ativo mantido	9.434	43.072	20.441	-	8	-	72.955	(51.501)	21.454
para venda	4.888	114.787	15.938	833	2.036	2.287	140.769	4.043	144.812
Saldos em 31 de dezembro de 2016	18.848	360.735	455.754	1.180	19.737	24.049	880.303	63.399	943.702
=									
Custo total	18.848	424.102	779.132	7.425	41.046	47.326	1.317.879	63.399	1.381.278
Depreciação acumulada	-	(63.367)	(323.378)	(6.245)	(21.309)	(23.277)	(437.576)		(437.576)
Valor residual	18.848	360.735	455.754	1.180	19.737	24.049	880.303	63.399	943.702
Adições	_	1.376	56.177	60	2.908	1.326	61.847	62.689	124.536
Baixa	-	(17)	(5.121)	(76)	(154)	(3)	(5.371)	-	(5.371)
Impairment	-	-	(1.383)	-	-	-	(1.383)	-	(1.383)
Depreciação	-	(10.264)	(41.145)	(836)	(1.879)	(3.654)	(57.778)	-	(57.778)
Transferência	-	9.776	48.339	(4)	332	185	58.628	(57.712)	916
Reclassificado para Propriedade para Investimento	(2.788)	(88.195)	(9.730)	-	-	(1.356)	(102.069)	2.990	(99.079)
Reclassificação de ativo mantido para venda	<u>-</u>	20	1.116	107	(17)		1.226	1	1.227
Saldos em 31 de dezembro de									
Saidos em 31 de dezembro de 2017 =	16.060	273.431	504.007	431	20.927	20.547	835.403	71.367	906.770
Custo total Depreciação acumulada	16.060	343.303 (69.872)	859.461 (355.454)	7.141 (6.710)	43.992 (23.065)	42.378 (21.831)	1.312.335 (476.932)	71.367	1.383.702 (476.932)
Valor residual	16.060	273.431	504.007	431	20.927	20.547	835.403	71.367	906.770

19 Intangível

		Controladora	Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
Ágios na aquisição de investimentos em empresas incorporadas					
Mantecorp Indústria Química Farmacêutica S.A.	1.798.470	1.798.470	1.798.470	1.798.470	
Luper Indústria Farmacêutica Ltda.	45.917	45.917	45.917	45.917	
Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A.	967.154	967.154	967.154	967.154	
DM Indústria Farmacêutica Ltda.	743.029	743.029	743.029	743.029	
Farmasa - Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A.	666.808	666.808	666.808	666.808	
Barrenne Indústria Farmacêutica Ltda.	33.955	33.955	33.955	33.955	
Finn Administradora de Marcas Ltda.	17.857	17.857	17.857	17.857	
	4.273.190	4.273.190	4.273.190	4.273.190	
Marcas e patentes	343.837	349.083	344.138	349.385	
Direitos de uso e softwares	12.468	12.512	46.328	34.002	
Desenvolvimento de produtos	9.715	8.993	138.658	109.139	
	4.639.210	4.643.778	4.802.314	4.765.716	

Os ágios são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos e se baseiam, principalmente, em rentabilidade futura que está suportada por laudos de avaliação elaborados por empresa especializada, onde se utilizou o método de fluxo de caixa descontado a valor presente. As taxas de desconto utilizadas nos cálculos foram apuradas através da adoção do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês). Para as aquisições ocorridas a partir de 2009, foram efetuadas as alocações da contraprestação transferida para determinados ativos adquiridos nos negócios (estoques, imobilizado, marcas, dentre outros).

Movimentação dos saldos

Controladora

	Marcas e patentes	Softwares e Direitos de uso	Desenvolvimento de produtos	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	338.478	13.781	5.792	4.273.190	4.631.241
Adições Amortização Transferência Reclassificação de ativo mantido para venda	13.779 (3.174)	3.107 (5.584) 38 1.170	3.240 (39)	- - - -	20.126 (8.797) 38 1.170
Saldos em 31 de dezembro de 2016	349.083	12.512	8.993	4.273.190	4.643.778
Custo total Amortização acumulada	367.052 (17.969)	74.837 (62.325)	9.334 (341)	4.273.190	4.724.413 (80.635)
Valor residual	349.083	12.512	8.993	4.273.190	4.643.778
Adições Baixa Impairment Amortização Saldos em 31 de dezembro de 2017	(2.000) (3.306) 343.837	4.930 (1) - (4.973) 12.468	761 - (39) 9.715	4.273.190	5.751 (1) (2.000) (8.318) 4.639.210
Custo total Amortização acumulada	360.620 (16.783)	79.279 (66.811)	10.095 (380)	4.273.190	4.723.184 (83.974)
Valor residual	343.837	12.468	9.715	4.273.190	4.639.210

Consolidado

	Marcas e patentes	Softwares e Direitos de uso	Desenvolvimento de produtos	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	338.780	19.095	89.910	4.273.190	4.720.975
Adições	13.779	20.316	26.750	-	60.845
Amortização	(3.174)	(6.666)	(7.523)	-	(17.363)
Transferência	-	53	2	-	55
Reclassificação de ativo mantido para venda	<u> </u>	1.204			1.204
Saldos em 31 de dezembro de 2016	349.385	34.002	109.139	4.273.190	4.765.716
Custo total	367.378	107.194	182.940	4.273.190	4.930.702
Amortização acumulada	(17.993)	(73.192)	(73.801)		(164.986)
Valor residual	349.385	34.002	109.139	4.273.190	4.765.716
Adições	60	18.987	44.828		63.875
Baixa	-	(1)	(6.585)	-	(6.586)
Impairment	(2.000)	=	=	-	(2.000)
Amortização	(3.307)	(6.661)	(7.823)	-	(17.791)
Transferência	-	1	(916)	-	(915)
Reclassificação de ativo mantido para venda			15		15
Saldos em 31 de dezembro de 2017	344.138	46.328	138.658	4.273.190	4.802.314

Custo total	360.947	125.693	220.222	4.273.190	4.980.052
Amortização acumulada	(16.809)	(79.365)	(81.564)		(177.738)
Valor residual	344.138	46.328	138.658	4.273.190	4.802.314

Redução de valor recuperável de ativos

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida ou quando houver indícios de que o valor possa não ser recuperado. Esses ativos são representados, principalmente, pela parcela de ágio por expectativa de resultados futuros e marcas ou advindas de processos de combinação de negócios.

Para os ativos não financeiros de longa duração, que estão sujeitos a amortização, estes são revisados sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado.

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas.

As projeções foram efetuadas com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas médias ponderadas de crescimento utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios dos setores que a Companhia atua. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos, tendo sido utilizada uma taxa de crescimento médio real de 8,5% e uma taxa de desconto real de 8,0%.

Em decorrência dos referidos testes, nenhuma perda por *impairment* necessitou ser reconhecida. Se a margem bruta usada no cálculo fosse 1 p.p. menor que as estimativas da administração, em 31 de dezembro de 2017, e, da mesma forma, se a taxa de desconto estimada antes do imposto, através da adoção do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês) aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1 p.p. maior que as estimativas da administração, ainda assim, não seriam registrados valores por *impairment* nesses itens.

A determinação de recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descritas anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

20 Fornecedores

		Controladora	Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
Fornecedores no país	7.012	813	126.637	77.235	
Fornecedores no exterior	33	171	53.982	47.666	
Fornecedores partes relacionadas (Nota 33(a))	397.983	293.616	-	-	
•	405.028	294.600	180.619	124.901	
Circulante	405.028	294.600	178.271	124.901	
Não circulante			2.348		

21 Cessão de créditos por fornecedores

	Cc	ontroladora	Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
Mercado local (risco sacado) Mercado Externo (forfait)	2.204	3.061	17.941 106.363	42.391 130.995	
	2.204	3.061	124.304	173.386	

Alguns fornecedores têm a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador.

Em 31 de dezembro de 2017, as taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras no mercado local ficaram entre 0,79% e 0,92%, com média ponderada de 0,82 % ao mês (em 31 de dezembro de 2016, essas taxas foram entre 1,24% e 1,29% com média ponderada de 1,27% ao mês).

Em 31 de dezembro de 2017, as taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras no mercado externo ficaram entre 3,25% e 6,18%, com média ponderada de 3,83% ao ano (em 31 de dezembro de 2016, essas taxas foram entre 2,70% e 9,26% com média ponderada de 3,64% ao ano).

22 Empréstimos, financiamentos e debêntures

			Controladora		Consolidado
	Taxa Nominal	2017	2016	2017	2016
Moeda Estrangeira					
Empréstimos (i)	US\$ + 2,77% a.a.	166.637	331.304	166.637	331.304
Moeda Nacional					
FCO (i)	Pré-fixada de 2,50% a 8,50% a.a.	29.267	33.460	68.289	79.483
Financiamentos	Pré-fixada de 2,50% a 8,70% a.a.	2.891	6.806	12.183	17.879
BNDES (i)	Pré-fixada de 3,50% a 4,50% a.a.	8.926	15.519	9.355	16.461
Debêntures (i)	Pré-fixada 11,30% a.a.	93.606	187.130	93.606	187.130
Finep	TJLP - 1,00% a.a.	161.134	74.215	161.134	74.215
Financiamento Imobiliário	TR + 9,60% a.a.	45.272 507.733	48.004 696.438	145.125 656.329	153.686 860.158
Circulante	_	310.267	147.965	337.813	176.110
Não circulante	_	197.466	548.473	318.516	684.048

⁽i) Contratos com cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento e cobertura de juros em relação a determinadas informações financeiras (EBITDA e despesas de juros líquidas), alienação, cisão, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2017 as cláusulas restritivas foram atendidas. A próxima medição será realizada em 30 de junho de 2018.

Os montantes a longo prazo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2019	34.593	53.301
2020	32.452	51.067
2021	32.452	51.011
2022	32.302	50.749
2023	31.908	46.894
2024	24.203	34.856
2025	4.778	15.324
2026	4.778	15.314
	197.466	318.516

Debêntures

Em 15 de outubro de 2010, foi efetuada a emissão de 548.725 debentures da 2ª serie da 1ª emissão privada no valor total de R\$ 549.998 (quinhentos e quarenta e nove milhões e noventa e oito mil reais) preço unitário de R\$ 1.002,32 (hum mil e dois reais e trinta e dois centavos, com vencimento em 15/10/2018 com juros remuneratórios prefixados de 11,30% ao ano, pagos semestralmente. O saldo do principal e juros em 31/12/2017 era de R\$ 93.606, conforme movimentação abaixo.

	1ª Emissão Privada 2ª Série
Saldo em 31 de dezembro de 2016	187.130
Amortização do principal Encargos financeiros Amortização de juros	(91.666) 15.616 (17.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	93.606
Circulante	93.606
Custo de transação não realizados Circulante	40 40

a. Garantia dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017

Controladora	Consolidado
22.368	35.112
170.083	170.511
56.280	194.484
248.731	400.107
	22.368 170.083 56.280

b. Os valores contábeis e a estimativa de valor justo

Os valores contábeis e a estimativa dos valores justos dos empréstimos, financiamentos e debêntures são os seguintes:

			Consolidado		Valor Justo		
	Taxa Nominal	2017	2016	2017	2016		
Moeda Estrangeira			_		_		
Empréstimos	US\$ + 2,77% a.a.	166.637	331.304	166.637	331.304		
Moeda Nacional							
FCO	Pré-fixada de 2,50% a 8,50% a.a.	68.289	79.483	68.289	67.972		
Financiamentos	Pré-fixada de 2,50% a 8,70% a.a.	12.183	17.879	10.709	15.418		
BNDES	Pré-fixada 3,50% a 4,50% a.a.	9.355	16.461	9.355	15.501		
Debêntures	Pré-fixada 11,30% a.a.	93.606	187.130	95.703	187.072		
Finep	TJLP - 1,00% a.a.	161.134	74.215	161.134	59.911		
Financiamento Imobiliário	TR + 9,60% a.a.	145.125	153.686	140.402	140.665		
	.,	656.329	860.158	652.229	817.843		

O valor justo de alguns dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa de mercado de CDI + 0,33% a CDI + 1,84% a.a. (31 de dezembro de 2016 - CDI + 0,52% a CDI 2,09% a.a.).

c. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

														Controladora
	Passivos					mantido	(Ativos/Passivos) os para Hedge de Empréstimos LP					Patrimônio Líqu	nônio Líquido	
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Títulos a pagar	Tributos a Recolher	Partes Relacionadas	Outros ativos - empréstimos	Instrumentos financeiros derivativos ativos	Instrumentos financeiros derivativos passivos	Capital Social	Reservas de Capital	Dividendo adicionais propostos	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Total
Em 31 de dezembro de 2016	696.438	27.631	23.697	7.548	(63.944)	(361.648)	10.022	5.270.726	1.457.291	409.831	1.896.277	(254.900)	(70.754)	9.048.215
Variações dos fluxos de caixa de financiamento														
Compra ações	_	_	_	-	_	_	_	_	_	_	_	_	(295.340)	(295.340)
Alienação ações	_	-	-	_	_	_	_	_	_	_	-	_	156.262	156.262
Empréstimos tomados	92,466	-	-	_	_	_	_	_	_	_	-	_		92,466
Pagamento de empréstimos - principal	(279.328)	(2.301)	(4.233)	_	(14.727)	-	-	-	_	-	-	_	-	(300.589)
Pagamento de empréstimos - juros	(43.803)	1.421	385	_	(6.233)	(84.061)	19.817	-	_	-	-	_	-	(112.474)
Hedge empréstimos -juros pagos		-	_	-	` -	345.006	(18.971)	-	-	-	-	-	-	326.035
Mútuos passivos	-	-	-	(6.173)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.173)
Dividendos pagos	-	-	_	-	-	-	-	-	-	(409.827)	-	-	-	(409.827)
Restituição de capital pagos	-	-	-	-	-	-	-	(821.892)	-		-	-	-	(821.892)
Total das variações nos fluxos de														
caixa e financiamento	(230.665)	(880)	(3.848)	(6.173)	(20.960)	260.945	846	(821.892)	-	(409.827)	-	-	(139.078)	(1.371.532)
Outras variações	-													
Outros ativos					19.894	-								19.894
Juros apropriados	59.138	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59.159
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	-	(17)	-	-	-	-	-	(17)
Tributos a recolher	-	-	18.866	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.866
Hedge fornecedores	(17.178)	-	-	-	-	81.422	2	-	-	-	-	-	-	64.246
Constituição de reservas	=	-	-	-	-	-	=	-	-	-	383.643	-	-	383.643
Stock option/matching	=	-	-	-	-	-	=	-	9.456	-	=	-	-	9.456
Provisão - compra de ações	-	(7.082)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.082	-
Resultado na venda de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(189.769)	-	-	-	189.769	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4)	-	-	-	(4)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(75)	-	(75)
Hedge fornecedores - juros pagos	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	13
AVJ - Hedge empréstimos	-	-	-	-	-	583	(583)	-	-	-	-	-	-	-
AVJ - Hedge fornecedores	-	-	-	-	-	1	(1)	-	-	-	-	-	-	-
Transf. posição hegde empréstimos	-	-	-	-	-	10.276	(10.276)	-	-	-	-	-	-	-
Transf. posição hegde fornecedores						23	(23)							
Total das outras variações														
relacionadas com passivos	41.960	(7.082)	18.866	21	19.894	92.305	(10.868)	(17)	(180.313)	(4)	383.643	(75)	196.851	555.181
Em 31 de dezembro de 2017	507.733	19.669	38.715	1.396	(65.010)	(8.398)	-	4.448.817	1.276.978		2.279.920	(254.975)	(12.981)	8.231.864

Hypera S.A. (anteriormente denominada Hypermarcas S.A.) Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2017 e 2016

														Consolidado
	Passivos					mantido	(Ativos/Passivos) os para Hedge de Empréstimos LP					Patrin	ıônio Líquido	
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Títulos a pagar	Tributos a Recolher	Partes Relacionadas	Outros ativos - empréstimos	Instrumentos financeiros derivativos ativos	Instrumentos financeiros derivativos passivos	Capital Social	Reservas de Capital	Dividendo adicionais propostos	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Total
Em 31 de dezembro de 2016	860.158	47.402	43.050		(63.944)	(361.916)	28.236	5.270.726	1.457.291	409.831	1.896.277	(254.900)	(70.754)	9.261.457
Variações dos fluxos de caixa de financiamento														
Compra ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(295.340)	(295.340)
Alienação ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	156.262	156.262
Empréstimos tomados	92.466	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92.466
Pagamento de empréstimos - principal	(304.479)	(22.301)	(4.365)	-	(14.727)	-	-	-	-	-	-	=-	-	(345.872)
Pagamento de empréstimos - juros	(50.198)	1.650	(254)	-	(6.248)	(84.061)	19.817	-	=	-	=	=	=	(119.294)
Hedge empréstimos - juros pagos	-	-	=	-	=	345.006	(18.971)	-	=	-	=	=	=	326.035
Mútuos passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(409.827)	-	-	-	(409.827)
Restituição de capital pagos								(821.892)						(821.892)
Total das variações nos fluxos de														
caixa e financiamento	(262.211)	(20.651)	(4.619)		(20.975)	260.945	846	(821.892)		(409.827)			(139.078)	(1.417.462)
Outras variações														
Outros ativos	-	-	-	-	19.909	-	-	-	-	-	-	-	-	19.909
Juros apropriados	75.562	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75.562
Redução de capital	-	-	-	-	-	=	=	(17)	-	-	-	-	=	(17)
Tributos a recolher	-	-	22.261	-	-	=	=	-	-	-	-	-	=	22.261
Hedge fornecedores	(17.180)	-	-	-	-	81.517	4.133	-	-	-	-	-	-	68.470
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	383.643	=-	-	383.643
Stock option/matching	-	-	-	-	-	-	-	-	9.456	-	-	=-	-	9.456
Provisão - compra de ações	=	(7.082)	=	-	=	=	=	-		-	=	=	7.082	-
Resultado na venda de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(189.769)		-	-	189.769	
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4)	-	-	-	(4)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	=	-	-	(0.751)	(10.224)	-	=	-	=	(75)	-	(75)
Hedge fornecedores - juros pagos	-	-	-	-	-	(3.751)	(19.324)	-	-	-	-	-	-	(23.075)
AVJ - Hedge empréstimos	-	-	-	-	-	583	(583)	-	-	-	-	-	-	-
AVJ - Hedge fornecedores Transf. posição hegde empréstimos	-	-	-	-	-	749 10.275	(749) (10.275)	-	-	-	-	-	-	-
Transf. posição negde emprestimos Transf. posição hegde fornecedores	-	-	-	-	-	1.466	(10.275)	-	-	-	-	-	-	-
. , .						1.400	(1.400)							
Total das outras variações relacionadas com passivos	58.382	(7.082)	22.261		19.909	90.839	(28.264)	(17)	(180.313)	(4)	383.643	(75)	196.851	556.130
•				<u>-</u>				(17)		(4)				
Em 31 de dezembro de 2017	656.329	19.669	60.692		(65.010)	(10.132)	818	4.448.817	1.276.978		2.279.920	(254.975)	(12.981)	8.400.125

23 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição dos tributos diferidos ativos

Referem-se aos créditos tributários sobre prejuízos fiscais acumulados, bases negativas de contribuição social e sobre diferenças temporárias. Estes ativos são reconhecidos na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro baseado em estudo de realização cuja projeção é a geração de resultados tributáveis a partir de 2018. Os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social são gerados, substancialmente, por conta da utilização fiscal dos ágios de aquisição de empresas (Nota 19).

De acordo com projeções preparadas pela administração a utilização dos ágios já apresentam decréscimos e cessará em 2019.

		Controladora	Consolidado		
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)	
Crédito tributário:					
Prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL	1.068.340	958.585	1.082.869	964.873	
Contingências	55.334	62.081	61.777	68.155	
Ágios amortizados	29.346	67.093	29.346	67.093	
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e outras	56.478	54.648	59.826	58.009	
Provisão para perdas nos estoques	6.728	7.358	22.795	21.398	
Outras diferenças temporárias	103.211	135.314	139.991	183.974	
Total do crédito tributário	1.319.437	1.285.079	1.396.604	1.363.502	
(-) Parcela de ativos fiscais diferidos compensáveis com passivos diferidos de mesma empresa com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto					
corrente)	(1.319.437)	(1.119.396)	(1.366.273)	(1.170.980)	
Saldo remanescente do crédito tributário		165.683	30.331	192.522	
Transferência ativos mantidos para venda Saldo remanescente do ativo diferido após transferência		(7.785)		(12.792)	
mantido para venda		157.898	30.331	179.730	

b. Passivos fiscais diferidos

Composto substancialmente por passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, decorrente da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial, tendo em vista que o ágio continua a ser amortizado para fins fiscais, mas deixou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009 nos registros contábeis. Essa diferença temporária poderá resultar em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for reduzido (*impairment*) ou liquidado, fazendo assim com que seja necessária a constituição de uma obrigação fiscal diferida.

		Controladora		Consolidado
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Ágios	1.402.001	1.261.536	1.402.001	1.261.536
Valor justo do imobilizado – combinações de negócios	12.366	15.936	53.842	103.978
Variação Cambial/Hedge	342	120.525	342	120.525
Outros	20.793	19.586	94.506	36.741
Total do débito tributário	1.435.502	1.417.583	1.550.691	1.522.780
(-) Parcela de passivos fiscais diferidos compensáveis com ativos diferidos de mesma empresa com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto corrente)	(1.319.437)	(1.119.396)	(1.366.273)	(1.170.980)
Saldo remanescente do passivo diferido	116.065	298.187	184.418	351.800
Transferência ativos mantidos para venda		(298.187)	-	(295.211)
Saldo remanescente do passivo diferido após transferência mantido para venda	116.065		184.418	56.589

c. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

		Controladora		Consolidado
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Operações continuadas e descontinuadas				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	949.567	1.585.341	998.262	1.612.547
Alíquota combinada - %	34%	34%	34%	34%
Despesa de IR/CS à alíquota combinada Resultado de equivalência patrimonial Adições/exclusões permanentes Subvenção governamental Juros sobre capital próprio	(322.853) 31.156 (9.871) 119.301 197.642	(538.991) 7.000 (16.635) 141.033	(339.334) 1.785 (14.805) 121.394 197.640	(549.520) (3.612) (22.700) 141.033
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	15.375	(407.593)	(33.320)	(434.799)
Corrente Diferido	115.355 (99.980) 15.375	(301.288) (106.305) (407.593)	66.359 (99.679) (33.320)	(324.145) (110.654) (434.799)
Transferência operações descontinuadas Operações continuadas	68.502 (53.127)	(237.055) (170.538) 26%	68.551 (101.871)	(246.474) (188.325) 27%

24 Tributos a recolher

		Consolida			
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)	
ICMS a recolher	36.072	16.236	46.835	26.389	
IPI/PIS/COFINS a recolher	1.106	6.979	8.581	13.650	
Outros impostos a recolher	1.537	482	5.276	3.011	
	38.715	23.697	60.692	43.050	
Circulante	31.942	23.597	53.919	42.950	
Não circulante	6.773	100	6.773	100	

25 Contas a pagar

		Controladora	Consolidad			
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)		
Fretes a pagar	14.092	6.111	16.291	7.170		
Serviços prestados	29.167	30.877	51.368	42.259		
Verbas, acordos comerciais e publicidade	89.135	76.472	89.135	76.657		
Aluguéis	1.729	1.846	7.360	7.024		
Receitas a transcorrer	21.129	754	21.467	1.600		
Compras de ativo fixo	448	215	7.229	16.162		
Outras	6.941	10.163	19.654	15.123		
	162.641	126.438	212.504	165.995		
Circulante	151.125	125.684	200.649	164.396		
Não circulante	11.516	754	11.855	1.599		

Controladora

2016

26 Contingências passivas

Provisões para contingências

Em 31 de dezembro a Companhia apresentava as seguintes provisões para contingências e os correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

	Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios	Depósitos Judiciais	Contingências Líquidas de Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios	Depósitos Judiciais	Contingências Líquidas de Depósito Judicial
Cível (i)	1.786	9.598		11.384	522	8.195	-	8.717
Trabalhista (ii)	68.438	32.775	(18.712)	82.501	60.124	39.381	(15.296)	84.209
Fiscal e Tributária (iii)	42	46.079	(256)	45.865	40	68.729	(250)	68.519
Administrativas/outras (iv)	3.243	787	(33)	3.997	3.544	2.055	(106)	5.493
	73.509	89.239	(19.001)	143.747	64.230	118.360	(15.652)	166.938
								Consolidado
				2017				2016
	Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios	Depósitos Judiciais	2017 Contingências Líquidas de Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios	Depósitos Judiciais	
Cível (i)	de Perda	assumidas na combinação		Contingências Líquidas de	de Perda	assumidas na combinação		2016 Contingências Líquidas de Depósito
Cível (i) Trabalhista (ii)	de Perda Provável	assumidas na combinação de negócios		Contingências Líquidas de Depósito Judicial	de Perda Provável	assumidas na combinação de negócios		2016 Contingências Líquidas de Depósito Judicial
* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *	de Perda Provável 1.786	assumidas na combinação de negócios 9.598	Judiciais -	Contingências Líquidas de Depósito Judicial	de Perda Provável 529	assumidas na combinação de negócios 8.195	Judiciais -	2016 Contingências Líquidas de Depósito Judicial 8.724
Trabalhista (ii)	de Perda Provável 1.786 87.172	assumidas na combinação de negócios 9.598 32.775	(23.365)	Contingências Líquidas de Depósito Judicial 11.384 96.582	de Perda Provável 529 77.562	assumidas na combinação de negócios 8.195 39.381	(18.855)	2016 Contingências Líquidas de Depósito Judicial 8.724 98.088

2017

Movimentação das Contingências

						Controladora
	2016	Atualizações Monetárias	Adições	Reversões	Pagamentos	2017
Cível	8.717	1.073	6.018	(2.731)	(1.693)	11.384
Trabalhista	99.505	8.812	32.175	(25.836)	(13.443)	101.213
Fiscal e Tributária	68.769	1.605	-	(24.253)	-	46.121
Administrativas/ outras	5.599	279	769	(2.523)	(94)	4.030
	182.590	11.769	38.962	(55.343)	(15.230)	162.748
Depósitos Judiciais	(15.652)	(7.154)	(3.617)	4.881	2.541	(19.001)
-	166.938	4.615	35.345	(50.462)	(12.689)	143.747
						Consolidado
		Atualizações				
	2016	Monetárias	Adições	Reversões	Pagamentos	2017
Cível	8.724	1.075	6.064	(2.785)	(1.694)	11.384
Trabalhista	116.943	10.888	48.623	(36.495)	(20.012)	119.947
Fiscal e Tributária	68.841	1.607	-	(24.255)	-	46.193
Administrativas/ outras	5.947	317	794	(2.790)	(94)	4.174
	200.455	13.887	55.481	(66.325)	(21.800)	181.698
Depósitos Judiciais	(19.224)	(8.451)	(4.469)	5.701	2.776	(23.667)
	181.231	5.436	51.012	(60.624)	(19.024)	158.031

a. Causas judiciais de responsabilidade da Companhia, assumidas em combinação de negócios

Quadro resumo das principais contingências:

		lhista / Cível / ntivo e Outras	Fiscal	e Tributária	
	Provável	Possível	Provável	Possível	Total
Mabesa	3.323	16	7.565	8.289	19.193
Mantecorp	35.524	4.297	<u> </u>	30.225	70.046
	38.847	4.313	7.565	38.514	89.239

No caso das aquisições de negócio Mabesa e Mantecorp, a Companhia assumiu parte das causas judiciais dessas empresas. Conforme requerido no CPC 15 (R1) — Combinação de Negócios foram provisionadas além das contingências prováveis, as contingências possíveis, com considerações de valor justo para as mesmas.

O valor da perda possível e provável na Combinação de Negócios destes processos está estimado em R\$ 89.239, sendo R\$ 32.775 referentes a processos trabalhistas, R\$ 9.598 referente a processos cíveis, R\$ 46.079 referente a processos tributários e R\$ 787 referente a processos administrativos regulatórios e outros.

(i) Cível

São 11 processos, dos quais 1 decorrente da aquisição da Mabesa e 10 da Mantecorp Indústria Química, cujo prognóstico de perdas na combinação de negócios está estimado em R\$ 9.598.

A Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) aplicou multa à Mantecorp no valor atualizado de R\$ 7.866, em razão de suposto aumento irregular de preços do medicamento Desalex. A Companhia está discutindo tal multa judicialmente. De acordo com a opinião dos advogados externos da Companhia, a possibilidade de perda é provável.

(ii) Trabalhista

São 317 processos, dos quais 159 decorrentes da aquisição da Mabesa, 87 da Mantecorp Logística e 71 Mantecorp Indústria Química, cujo prognóstico de perda na combinação de negócios está estimado em R\$ 32.775.

(iii) Fiscal e Tributária

São aproximadamente 197 processos, dos quais 92 decorreram da aquisição da Mabesa, outros 8 da Mantecorp Logística e 97 Mantecorp Indústria Química, cujos prognósticos de perda na combinação de negócios estão estimados em R\$ 46.079.

(iv) Administrativas / outras

São 29 processos, de natureza regulatória, decorrentes da aquisição da Mantecorp Indústria Química, cujo prognóstico de perda na combinação de negócios está estimado em R\$ 787.

b. Contingências possíveis – Responsabilidade da Companhia e suas Controladas

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios que pela atual avaliação de probabilidade de êxito estabelecida com base na avaliação dos assessores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões, seja

31 de dezembro de 2017 e 2016

pela expectativa de perda classificada como possível, seja por exclusão de responsabilidade decorrente de acordo contratual.

_		Controladora		Consolidado
•	2017	2016	2017	2016
	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível
Cível	44.370	32.327	44.412	32.362
Trabalhista	430.066	346.538	526.240	490.495
Fiscal e Tributária	108.270	102.052	137.674	125.392
Administrativas/outras	2.304	2.041	2.343	2.173
=	585.010	482.958	710.669	650.422

A Companhia está em litígio judicial com concorrentes, no qual se discute o registro de marcas e patentes no INPI, não havendo contingência financeira apurável neste momento.

(i) Cível

O Ministério Público Federal da Comarca de Bauru, Estado de São Paulo, ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obrigá-los a vender medicamentos para a administração pública de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O Ministério Público requereu, também, a condenação dos laboratórios ao pagamento de danos morais coletivos em montante a ser fixado pelo Juízo.

Foi proferida sentença que julgou extinto o processo e, atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

O Município de Caxias do Sul ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obrigá-los a vender medicamentos para o Município de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O processo encontrase na fase de instrução. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

(ii) Trabalhista

A Companhia e suas Controladas figuram em processos trabalhistas, de responsabilidade da Companhia, suas Controladas e/ou sócios vendedores das empresas adquiridas e incorporadas, nos quais a perda possível de responsabilidade da Companhia e/ou suas controladas está estimada em R\$ 526.240 (R\$ 490.495 em 31 de dezembro de 2016).

Nestes processos discutem-se horas extras, diferenças salariais, indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho, adicional de insalubridade ou periculosidade, reconhecimento de vínculo empregatício, dentre outros pedidos.

Destes processos trabalhistas, há 34 decorrentes da aquisição do Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. (Farmasa), incorporado pela Companhia, que apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no valor de R\$ 4.575 (R\$ 4.173 em 31 de dezembro de 2016) e outros 158 decorrentes da aquisição da Mantecorp Logística Distribuição e Comércio S.A. e da Mantecorp Indústria Química e Farmacêutica S.A., que apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no valor de R\$ 75.635 (R\$ 87.165 em 31 de dezembro de 2016), nos quais se discute, dentre outros pedidos, reparações decorrentes de doença ou acidente do trabalho, vínculo empregatício e consequente

31 de dezembro de 2017 e 2016

pagamento de verbas trabalhistas, diferenças salariais, horas extras e reflexos e estabilidade provisória.

A Companhia e/ ou suas subsidiárias figuram como investigadas em Inquéritos Civis por meio dos quais a Procuradoria do Trabalho de São Paulo e a Procuradoria do Trabalho de Anápolis investigam o cumprimento da cota de aprendizes, respectivamente, pela Companhia e pela Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.

A Companhia figura como investigada pela Procuradoria do Trabalho de Goiânia a respeito (i) da aplicação das normas trabalhistas nos contratos de trabalho dos terceiros contratados por intermédio da Vibre Cargas; (ii) de transferências de empregados e alterações nos pagamentos das verbas trabalhistas e/ou benefícios; e (iii) jornada de trabalho e concessão de férias para colaboradores da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.

A Companhia é investigada no âmbito da Procuradoria do Trabalho de Sorocaba a respeito das homologações das rescisões dos contratos de trabalho dos colaboradores da fábrica de São Roque.

Trata-se de procedimentos investigatórios a respeito dos quais a Companhia não tem, neste momento, como estimar os valores envolvidos.

O Ministério Público do Trabalho ajuizou ação civil pública que tramita na Justiça do Trabalho em Goiás para que a Companhia se abstenha de realizar revista nos trabalhadores e efetue o pagamento de indenização por danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 889mil. A antecipação de tutela requerida pelo autor foi negada.

A subsidiária Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. figura no polo passivo de reclamatórias trabalhistas ajuizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químico, Farmacêuticas, de Material Plástico e do Álcool no Estado de Goiás, nas quais o sindicato autor requer: (i) o pagamento das horas *in itinere* e reflexos para os colaboradores que utilizam transporte fornecido pela Cosmed, cuja perda possível está estimada em R\$ 4.316; (ii) o pagamento de horas extras decorrentes de tempo a disposição do empregador, cuja perda possível está estimada em R\$ 4.807; e (iii) o pagamento de diferenças a título de adicional noturno, na qual a perda possível está estimada em R\$ 1.140. Estas demandas judiciais tramitam na 1ª Vara do Trabalho de Aparecida de Goiânia e envolvem os trabalhadores da fábrica de Senador Canedo, Estado de Goiás, que integram o negócio de produtos descartáveis da Companhia alienado para a Ontex Group NV ("Ontex"). Recentemente o Tribunal Regional do Trabalho no Estado de Goiás decidiu que são improcedentes os pedidos indicados nos itens (i) e (ii) deste parágrafo.

(iii) Fiscal e Tributária

A Companhia busca por meio dos Mandados de Segurança nº 0003282-11.2010.4.03.610 e 0003489-10.2010.4.03.6100, (i) o afastamento da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT pelo Decreto nº 6.957/09, (ii) a definição da alíquota por cada estabelecimento da empresa que possua inscrição própria no CNPJ e (iii) o afastamento da aplicação do FAP à alíquota da contribuição ao SAT/RAT. Tendo em vista a existência de jurisprudência divergente no Superior Tribunal de Justiça em parte desses pedidos, a Companhia e seus assessores legais qualificam como risco de perda possível o valor de R\$ 49.694, sendo que não há risco de desembolso futuro, posto que todo o valor inerente ao processo encontra-se depositado judicialmente. O processo aguarda exame de admissibilidade pela Vice-Presidência

do Tribunal Regional Federal da 3º Região em razão da interposição de Recursos Especial e Extraordinário realizado pela Companhia.

A subsidiária Cosmed busca por meio dos Mandados de Segurança nº 0003281-26.2010.4.03.6100 e 0003388-70.2010.4.03.6100 (i) o afastamento da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT pelo Decreto nº 6.957/09, (ii) a definição da alíquota por cada estabelecimento da empresa que possua inscrição própria no CNPJ e (iii) o afastamento da aplicação do FAP à alíquota da contribuição ao SAT/RAT. Tendo em vista a existência de jurisprudência divergente no Superior Tribunal de Justiça em parte desses pedidos, a Companhia e seus assessores legais qualificam como risco de perda possível o valor de R\$ 24.802, sendo que não há risco de desembolso futuro, posto que todo o valor inerente ao processo encontra-se depositado judicialmente. O processo aguarda exame de admissibilidade pela Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3º Região em razão da interposição de Recursos Especial e Extraordinário realizado pela Cosmed.

c. Contingências de empresas adquiridas, responsabilidade dos ex-proprietários – possíveis e prováveis:

A Companhia não possui provisão para contingências cujo prognóstico é de perda provável e possível nos casos que são de responsabilidade dos ex-proprietários.

O Estado de São Paulo ajuizou ação civil pública em face da Companhia para requerer o pagamento de indenização em razão de suposta venda ilegal de medicamentos em 2008 pela Mantecorp. O valor envolvido foi avaliado em R\$ 176.048 e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível. O processo encontra-se na fase de instrução.

A Johnson & Johnson ajuizou ação ordinária contra a empresa Facilit alegando que o Fio Dental Sanifill Premium, Fio Extrafino Sanifill Premium e a Fita Dental Sanifill Premium violam os direitos exclusivos decorrentes da patente PI 9805134-2, intitulada "fio dental que apresenta uma resistência aperfeiçoada ao esgarçamento e ao desfibramento". A ação foi julgada procedente e determinada a apuração de valores indenizatórios através de liquidação de sentença. Diante disto, alteramos a estimativa de perda para Provável, e o processo se encontra em grau de Recurso.

A seguir, o resumo das contingências de prognósticos provável e possível de responsabilidade dos ex-proprietários:

Empresa e/ou marcas adquiridas	Possível	Provável	Total
Aprov	238	782	1.020
Bitufo	1.026	67	1.093
Ceil	4.326	3.278	7.604
Cosmed-Pompom	2.106	3.422	5.528
DM	-	25	25
Facilit	-	3.291	3.291
Farmasa	127.164	4.705	131.869
Inal	11.321	-	11.321
Neolatina	-	12.298	12.298
Luper	1	122	123
Mabesa	648	840	1.488
Mantecorp	176.048	-	176.048
BrainfNQ	113.212	14.382	127.594
Ny Looks	-	304	304
Sapeka	2.796	1.455	4.251
Sul Química	446	965	1.411
York	2.806	669	3.475
	442.138	46.605	488.743

27 Capital social e reservas

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 5.500.000, conforme disposição do Estatuto Social e deliberação da Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 24 de janeiro de 2011.

O capital social em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 4.448.817 (em 31 dezembro de 2016 – R\$ 5.270.726), representado por 632.238.060 (em 31 de dezembro de 2016 - 632.238.060) ações ordinárias.

Em 19 de abril de 2017 foi aprovada a redução do capital social da Companhia, no valor de R\$ 821.909 (oitocentos e vinte e um milhões e novecentos e nove mil reais), mediante a restituição de capital aos acionistas e sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social mantendo-se, portanto, inalterados o número de ações e o percentual de participação dos acionistas, passando este de R\$ 5.270.726 (cinco bilhões e duzentos e setenta milhões e setecentos e vinte e seis mil reais) para R\$ \$ 4.448.817 (quatro bilhões e quatrocentos e quarenta e oito milhões e oitocentos e dezessete mil reais).

b. Ágio na emissão de ações

Esta reserva é constituída nas emissões de ações e refere-se a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal, que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social.

c. Pagamentos baseados em ações

(i) Opções de compra de ações

Em AGE de 24 de março de 2008 foi aprovado plano de opções de compra de ações ("Plano I") com o objetivo de permitir que colaboradores da Companhia adquiram ações de sua emissão em percentual de diluição de até 3% do capital social.

As principais características do Plano I - Programa 2008 são:

- Preço de exercício de R\$8,50
- Prazo de carência de 3 anos para 50% das opções outorgadas e 4 anos para os 50% restantes
- 1.802.212 opções outorgadas

Em AGE de 29 de dezembro de 2008, foi aprovado novo plano de opções de compra de ações ("Plano II") aos colaboradores da Companhia com o objetivo de "atrair e reter executivos da Companhia" em percentual de diluição de até 3% do capital social.

As principais características do Plano II - Programa 2008 são:

- Preço de exercício de R\$ 5,36
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- 8.800.000 opções outorgadas

As principais características do Plano II - Programa 2009 são:

- Preço de exercício de R\$ 17,06
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- 2.800.000 opções outorgadas

As principais características do Plano II - Programa 2010 são:

- Preço de exercício de R\$ 20,21
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- 2.600.000 ações outorgadas.

As principais características do Plano II - Programa 2011 são:

- Preço de exercício de R\$ 19,26
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- 3.700.000 ações outorgadas.

Em AGE de 11 de novembro de 2011, foi aprovado novo plano de opções de compra de ações ("Plano III") aos colaboradores da Companhia com o objetivo de "atrair e reter executivos da Companhia" em percentual de diluição de até 5% do capital social.

As principais características do Plano III - Programa 2011 são:

- Preço de exercício de R\$ 8,60
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- 12.000.000 ações outorgadas.

As principais características do Plano III - Programa 2013 são:

- Preço de exercício de R\$ 15,62
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.

31 de dezembro de 2017 e 2016

• 1.350.000 ações outorgadas.

As principais características do Plano III - Programa 2014 são:

- Preço de exercício de R\$ 15,34
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- 450.000 ações outorgadas.

As principais características do Plano III - Programa 2014-A são:

- Preço de exercício de R\$ 16,48
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- 650.000 ações outorgadas.

As principais características do Plano III - Programa 2017 são:

- Preço de exercício de R\$ 28,93
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- 2.625.000 ações outorgadas.

Total de opções outorgadas

O percentual de diluição que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções em aberto em 31 de dezembro de 2017 é de 4,84% nos Planos e Programas conforme discriminados abaixo:

									Posição em Valor unitário	31/14/4017
	_		Preço Exercício	Preço Exercício				Contratos em	justo na data da outorga (em	Custo total
Plano	Programa	Carência	Original	Corrigido	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	aberto	Reais)	estimado
Plano I	2008	01/06/11	8,5	14,53	901.106	901.106	-	-	0,13	-
Plano I	2008	01/06/12	8,5	14,53	901.106	901.106	-	-	0,28	-
Plano II	2008	01/11/08	5,36	6,23	880.000	880.000	-	-	0,04	-
Plano II	2008	01/11/09	5,36	6,23	880.000	880.000	-	-	0,49	-
Plano II	2008	01/11/10	5,36	6,23	1.760.000	1.620.000	140.000	-	0,80	-
Plano II	2008	01/11/11	5,36	6,23	1.760.000	1.500.000	260.000	-	1,06	-
Plano II	2008	01/11/12	5,36	6,23	1.760.000	1.500.000	260.000	-	1,28	-
Plano II	2008	01/11/13	5,36	6,23	1.760.000	1.320.000	440.000	-	1,48	-
Plano II	2009	17/12/10	17,055	24,89	560.000	288.115	171.885	100.000	3,47	347
Plano II	2009	17/12/11	17,055	24,89	560.000	279.600	180.000	100.400	4,22	424
Plano II	2009	17/12/12	17,055	24,89	560.000	260.000	180.000	120.000	4,93	592
Plano II	2009	17/12/13	17,055	24,89	560.000	260.000	180.000	120.000	5,60	672
Plano II	2009	17/12/14	17,055	24,89	560.000	260.000	180.000	120.000	6,23	748
Plano II	2010	06/08/11	20,21	29,02	520.000	50.000	330.000	140.000	3,51	492
Plano II	2010	06/08/12	20,21	29,02	520.000	95.000	270.000	155.000	4,38	679
Plano II	2010	06/08/13	20,21	29,02	640.000	50.000	390.000	200.000	5,22	1.044
Plano II	2010	06/08/14	20,21	29,02	460.000	50.000	210.000	200.000	6,02	1.205
Plano II	2010	06/08/15	20,21	29,02	460.000	50.000	210.000	200.000	6,79	1.358
Plano II	2011	01/02/12	19,26	26,48	740.000	205.081	280.565	254.354	0,95	241
Plano II	2011	01/02/12	19,26	26,48	740.000	205.081	280.566	254.355	1,75	446
Plano II	2011	01/02/13	19,26	26,48	759.482	205.081	300.046	254.355	2,52	641
Plano II	2011	01/02/14	19,26	26,48	730.258	205.081	270.822	254.355	3,26	830
Plano II	2011	01/02/16	19,26	26,48	730.258	205.081	270.822	254.355	3,98	1.012
Dl III	2011	26/12/12	9.60	9.60	2 400 000	2 201 222	10 775		0.01	
Plano III Plano III	2011 2011	26/12/12 26/12/13	8,60 8,60	8,60 8,60	2.400.008 2.609.998	2.381.233	18.775	10.000	0,81 1,25	12
Plano III	2011	26/12/13				2.460.911 2.112.940	139.087	10.000		13 16
Plano III	2011	26/12/15	8,60 8,60	8,60 8,60	2.329.998 2.329.998	2.035.667	207.058 284.331	10.000	1,63 1,96	20
Plano III	2011	26/12/16	8,60	8,60	2.329.998	1.829.304	490.694	10.000	2,27	23
						.=				
Plano III	2013	03/05/14	15,62	15,62	270.000	179.600	90.400	-	0,47	-
Plano III	2013	03/05/15	15,62	15,62	270.000	160.000	110.000	-	0,70	-
Plano III	2013	03/05/16	15,62	15,62	270.000	130.000	140.000	-	0,89	-
Plano III	2013	03/05/17	15,62	15,62	270.000	130.000	140.000	-	1,06	-
Plano III	2013	03/05/18	15,62	15,62	270.000	30.000	190.000	50.000	1,21	60
Plano III	2014	21/02/15	15,34	15,34	90.000	60.000	30.000	-	0,95	-
Plano III	2014	21/02/16	15,34	15,34	90.000	60.000	30.000	-	1,58	-
Plano III	2014	21/02/17	15,34	15,34	90.000	50.000	40.000	-	2,16	-
Plano III	2014	21/02/18	15,34	15,34	90.000	-	70.000	20.000	2,70	54
Plano III	2014	21/02/19	15,34	15,34	90.000	-	70.000	20.000	3,23	65
Plano III	2014-A	30/12/15	16,48	16,48	130.000	130.000	-	_	1,15	-
Plano III	2014-A	30/12/16	16,48	16,48	130.000	60.000	70.000	-	1,92	_
Plano III	2014-A	30/12/17	16,48	16,48	130.000	-	90.000	40.000	2,64	106
Plano III	2014-A	30/12/18	16,48	16,48	130.000	-	90.000	40.000	3,34	133
Plano III		30/12/19	16,48	16,48	130.000	-	90.000	40.000	4,00	160
Plano III	2017	01/04/18	28,93	28,93	525.000	_	25.000	500.000	2,39	1.196
Plano III	2017	01/04/19	28,93	28,93	525.000	-	25.000	500.000	3,78	1.889
Plano III	2017	01/04/19	28,93	28,93	525.000	-	25.000	500.000	4,82	2.408
Plano III	2017	01/04/21	28,93	28,93	525.000	-	25.000	500.000	5,53	2.764
Plano III		01/04/22	28,93	28,93	525.000	-	25.000	500.000	5,91	2.957
	Stock Option			, -	36.777.212	23.979.987	7.320.051	5.477.174	,	22,595

									Posição Valor unitário	em 31/12/2016
			Preço Exercício	Preço				Contratos	justo na data da outorga (em	Custo total
Plano	Programa	Carência	Original	Corrigido	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	em aberto	Reais)	estimado
Plano I	2008	01/06/2011	8,50	14,07	901.106	831.699	-	69.407	0,13	9
Plano I	2008	01/06/2012	8,50	14,07	901.106	831.699	-	69.407	0,28	19
Plano II	2008	01/11/2008	5,36	7,98	880.000	880.000	-	-	0,04	-
Plano II	2008	01/11/2009	5,36	7,98	880.000	880.000	-	-	0,49	-
Plano II	2008	01/11/2010	5,36	7,98	1.760.000	1.620.000	140.000	-	0,80	-
Plano II	2008	01/11/2011	5,36	7,98	1.760.000	1.468.922	260.000	31.078	1,06	33
Plano II	2008	01/11/2012	5,36	7,98	1.760.000	1.060.000	260.000	440.000	1,28	562
Plano II	2008	01/11/2013	5,36	7,98	1.760.000	587.468	440.000	732.532	1,48	1.082
Plano II	2009	17/12/2010	17,06	26,1	560.000	36.378	171.885	351.737	3,47	1.220
Plano II	2009	17/12/2011	17,06	26,1	560.000	20.000	180.000	360.000	4,22	1.520
Plano II	2009	17/12/2012	17,06	26,1	560.000	20.000	180.000	360.000	4,93	1.775
Plano II	2009	17/12/2013	17,06	26,1	560.000	20.000	180.000	360.000	5,60	2.016
Plano II	2009	17/12/2014	17,06	26,1	560.000	20.000	180.000	360.000	6,23	2.244
Plano II	2010	06/08/2011	20,21	30,12	520.000	_	270.000	250.000	3,51	878
Plano II	2010	06/08/2012	20,21	30,12	520.000	_	210.000	310.000	4,38	1.359
Plano II	2010	06/08/2013	20,21	30,12	520.000	_	330.000	190.000	5,22	992
Plano II	2010	06/08/2014	20,21	30,12	520.000	_	150.000	370.000	6,02	2.229
Plano II	2010	06/08/2015	20,21	30,12	520.000	-	150.000	370.000	6,79	2.512
Plano II	2011	01/02/2012	19,26	27,65	740.000	_	258.918	481.082	0,95	455
Plano II	2011	01/02/2012	19,26	27,65	740.000	_	248.919	491.081	1,75	860
Plano II	2011	01/02/2014	19,26	27,65	740.000	_	268.399	471.601	2,52	1.188
Plano II	2011	01/02/2015	19,26	27,65	739.999	_	239.175	500.824	3,26	1.633
Plano II	2011	01/02/2016	19,26	27,65	739.999	-	239.175	500.824	3,98	1.993
Plano III	2011	26/12/2012	8,60	8,60	2.400.008	1.599.880	18.775	781.353	0,81	636
Plano III	2011	26/12/2013	8,60	8,60	2.399.998	1.544.285	139.087	716.626	1,25	898
Plano III	2011	26/12/2014	8,60	8,60	2.399.998	293.636	189.087	1.917.275	1,63	3.119
Plano III	2011	26/12/2015	8,60	8,60	2.399.998	216.363	266.360	1.917.275	1,96	3.765
Plano III	2011	26/12/2016	8,60	8,60	2.399.998	-	372.723	2.027.275	2,27	4.610
Plano III	2013	03/05/2014	15,62	15,62	270.000	49.600	90.000	130.400	0,47	61
Plano III	2013	03/05/2014	15,62	15,62	270.000	30.000	90.000	150.000	0,70	105
Plano III	2013	03/05/2016	15,62	15,62	270.000	50.000	120.000	150.000	0,89	134
Plano III	2013	03/05/2017	15,62	15,62	270.000		120.000	150.000	1,06	159
Plano III	2013	03/05/2017	15,62	15,62	270.000	-	120.000	150.000	1,21	181
Plano III	2014	21/02/2015	15,34	15,34	90.000		30.000	60.000	0,95	57
Plano III	2014	21/02/2015	15,34	15,34	90.000	-	30.000	60.000	1,58	95
Plano III	2014	21/02/2017	15,34	15,34	90.000	-	30.000	60.000	2,16	130
Plano III	2014	21/02/2017	15,34	15,34	90.000	_	30.000	60.000	2,70	162
Plano III	2014	21/02/2019	15,34	15,34	90.000	-	30.000	60.000	3,23	194
Plano III	2014-A	30/12/2015	16,48	16,48	130.000	70.000		60.000	1,15	69
Plano III	2014-A 2014-A	30/12/2013	16,48	16,48	130.000	70.000	70.000	60.000	1,13	115
Plano III Plano III	2014-A 2014-A	30/12/2010	16,48	16,48	130.000	-	70.000	60.000	2,64	113
Plano III	2014-A 2014-A	30/12/2017	16,48	16,48	130.000	-	70.000	60.000	3,34	200
Plano III	2014-A 2014-A	30/12/2018	16,48	16,48	130.000	-	70.000	60.000	4,00	240
	tock Option	55,12,2017	10,.0	10,10	34.152.210	12.079.930	6.312.503	15.759.777	.,	39.667

Modelo de precificação das opções

Para a apuração do valor justo das opções concedidas, a Companhia considerou as seguintes premissas:

- As opções são exercidas nas datas de cada encerramento de carência (vesting), sobretudo dada a obrigatoriedade de destinação de bônus dos executivos em compra de ações de emissão da Companhia.
- Indiferença quanto a distribuição de dividendos dado que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições.
- Avaliação das opções de acordo com parâmetros de mercado na data de cada contrato com os beneficiários do plano.

• Atribuição de redução de 1,5% ao ano de opções a serem exercidas considerando eventuais desligamentos de beneficiários.

A avaliação utilizada, portanto, foi baseada no modelo Black & Scholes para opções européias simples, utilizando a Selic e a volatilidade mensal histórica na data dos contratos com os beneficiários.

(ii) Plano de Concessão de ações em regime de Matching

Em AGE de 19 de abril de 2017, foi aprovado plano de concessões de ações em regime de Matching, que tem por objetivo permitir que, no âmbito e como forma de implementação alternativa de pagamento do PPR 2017 ou de bonificação por resultado conferida pela Companhia e suas controladas, direta ou indiretamente ("Bônus de Performance").

O objetivo é que os beneficiários definidos, desde que atendidos determinados termos e condições, tenham a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, promovendo, em consequência, um maior alinhamento e integração dos seus interesses com os interesses da Companhia e o compartilhamentos dos riscos do mercado de capitais.

O total do Programa do Plano Macthing 2017 tem custo estimado de R\$ 14.511 representando por 4 tranches anuais, a partir de 2019, com a quantidade total estimada de 418.889 ações

b. Ações em tesouraria

As movimentações das ações em tesouraria ocorreram conforme o quadro abaixo:

	Quantidade	Valor
Saldo em 31/12/2016	2.643.697	70.754
Aquisição do período	9.734.400	288.257
Alienação do período	(11.986.418)	(346.030)
Saldo em 31/12/2017	391.679	12.981

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d. Reserva para incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela de subvenção governamental reconhecidos no resultado do exercício, em conta redutora de impostos, e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

e. Reserva estatutária

Constituída de acordo com o estabelecido nos termos do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e previsto no artigo 44 parágrafo único do Estatuto Social da Companhia.

f. Reserva de retenção de lucros

Constituída ou revertida de acordo com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e prevista no artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.

g. Proposta de destinação do resultado

Foram aprovados através da Assembleia Geral Ordinária de 19 de abril de 2017, a distribuição dos valores de dividendos aos acionistas da companhia referente ao ano de 2016, sendo R\$ 378.036 (dividendos intercalares) e R\$ 31.795 (dividendos adicionais), tais dividendos foram pagos em 02 de maio de 2017.

Abaixo a proposta da administração para a distribuição dos dividendos de 2017:

	2017_
Resultado líquido do exercício	964.942
Constituição da reserva de subvenção governamental (I)	(350.885)
Constituição de reserva legal	(32.758)
Base de cálculo dos dividendos	581.299
Juros sobre capital próprio (II)	(581.299)

I. O total da subvenção governamental do exercício de 2017 no resultado da controladora é de R\$ 350.885 (R\$ 414.804 em 31 de dezembro de 2016). As controladas não possuem subvenção governamental.

28 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

		Controladora		Consolidado
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Vendas brutas de produtos e serviços	4.240.852	3.579.535	4.240.866	3.580.262
Devoluções	(77.618)	(30.706)	(77.618)	(30.811)
Descontos incondicionais	(210.294)	(54.521)	(210.294)	(54.521)
Descontos promocionais	(50.678)	(42.260)	(50.678)	(42.260)
Impostos	(141.320)	(121.923)	(263.818)	(224.578)
Receita líquida	3.760.942	3.330.125	3.638.458	3.228.092

II. Foi aprovada pela reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2017 a distribuição de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia que foram pagos em 09 de janeiro de 2018.

29 Composição das contas de resultado

a. Despesas operacionais e custos dos produtos vendidos

		Controladora		Consolidado
		2016		2016
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Custo dos produtos vendidos	(1.352.749)	(1.160.065)	(926.746)	(833.254)
Matéria prima	-	-	(326.938)	(330.262)
Material de embalagem	-	-	(195.203)	(182.561)
Custo de transformação	-	-	(225.329)	(190.649)
Despesas com depreciações e amortizações	-	-	(39.789)	(18.200)
Revenda	(1.307.414)	(1.126.053)	(62.392)	(42.802)
Perdas nos estoques	(45.335)	(34.012)	(46.016)	(29.473)
Variações dos estoques/outros	-	-	(31.079)	(39.307)
Despesas com vendas e marketing	(1.276.587)	(1.116.498)	(1.363.816)	(1.217.892)
Despesas com marketing	(918.788)	(819.734)	(897.187)	(804.461)
Gastos com propaganda e publicidade	(357.248)	(312.091)	(346.015)	(304.232)
Acordos, verbas e outros	(200.796)	(179.648)	(199.626)	(178.890)
Visitação médica, promoções, brindes e	(200.770)	(177.040)	(177.020)	(170.070)
amostras	(360.744)	(327.995)	(351.546)	(321.339)
Despesas com vendas	(357.799)	(296.764)	(466.629)	(413.431)
Força de vendas	(185.187)	(162.554)	(202.024)	(169.566)
Despesas com fretes e logística	(76.617)	(76.573)	(78.549)	(85.156)
Pesquisa e Desenvolvimento	(12.232)	(1.430)	(84.373)	(65.766)
Despesas com depreciações e amortizações	(5.581)	(8.759)	(16.289)	(37.672)
Demais despesas	(78.182)	(47.448)	(85.394)	(55.271)
Despesas administrativas e gerais	(133.462)	(126.586)	(184.428)	(153.763)
Despesas com depreciações e amortizações	(9.244)	(6.134)	(12.004)	(8.072)
Demais despesas	(124.218)	(120.452)	(172.424)	(145.691)

b. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

		Controladora		Consolidado
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Ganhos (Perdas) eventuais (*) Depreciação de propriedades para investimentos	(6.478) (4.825)	23.634	(8.679) (4.825)	22.585
Receitas de aluguéis	22.035	_	19.965	-
Contingências cíveis e trabalhistas	(7.255)	(19.022)	(12.801)	(20.858)
	3.477	4.612	(6.340)	1.727

^(*) Em 28 de junho de 2016 e 01 de julho de 2016, a Companhia divulgou fato relevante e comunicado ao mercado, respectivamente, informando que o Sr. Nelson José de Mello, ex-diretor de relações institucionais da Companhia, autorizou, por iniciativa própria, despesas em desacordo com o Código de Conduta Ética da Companhia entre 2013 e 2015. Tais irregularidades foram confirmadas em investigação feita pelos assessores externos Souza Cescon Advogados e IC TS Protiviti, que não encontraram evidências de participação de outros administradores e/ou colaboradores da Companhia nos atos por ele praticados.

Após a finalização da investigação e visando preservar os seus interesses e de seus acionistas, a Companhia celebrou com o Sr. Mello, em 24 de junho de 2016, Instrumento Particular de Transação em que ele se comprometeu, de forma irrevogável e irretratável, a ressarcir a Companhia pela contratação dessas despesas, por meio de alienação das ações da Companhia de sua titularidade, correspondentes ao valor de R\$ 26.672 naquela data, bem como renunciar seus direitos relativos a 960 mil opções de ações da Companhia, as quais lhe foram outorgadas no âmbito dos programas de opções de ações da Companhia.

Os valores foram recebidos em 14 de julho de 2016, considerando as cotações das ações nas datas de alienação.

c. Receitas financeiras

		Controladora		Consolidado
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Juros ativos	23.761	27.928	28.842	32.807
Rendimentos de aplicações financeiras e outros	115.630	183.423	138.249	228.874
	139.391	211.351	167.091	261.681

d. Despesas financeiras

		Controladora		Consolidado
		2016		2016
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Juros sobre financiamentos	(12.069)	(13.294)	(27.165)	(31.353)
Juros sobre empréstimos	(20.085)	(60.040)	(20.085)	(55.338)
Juros sobre títulos a pagar	(1.854)	(3.157)	(1.854)	(3.157)
Gastos com pré-pagamentos de dívidas	-	(105.245)	-	(109.041)
Atualizações monetárias sobre contingências	(11.770)	(13.072)	(13.887)	(15.013)
Parcelamentos fiscais	(335)	(3.353)	(322)	(3.370)
Debêntures	(15.930)	(96.676)	(15.930)	(134.518)
Juros e comissão sobre carta de fiança	(2.238)	(3.789)	(2.420)	(3.934)
Despesas bancárias, descontos concedidos e outros	(16.708)	(8.786)	(17.306)	(9.192)
Custo de <i>Hedge</i> e variação cambial de empréstimos	164	(6.177)	164	(6.177)
Custo de <i>Hedge</i> e variação cambial de fornecedores e clientes	1.655	(26.218)	(12.132)	(59.761)
Reversões de ajuste a valor presente	-	(58)	(228)	(3.796)
Outros	(1.474)	(16.509)	(2.575)	(19.164)
	(80.644)	(356.374)	(113.740)	(453.814)

30 Lucro por ação

a. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

			2017		2016 (Rea	presentado)
	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia Quantidade média ponderada de ações	1.111.476	(146.534)	964.942	647.173	530.575	1.177.748
ordinárias emitidas (milhares)	630.513	630.513	630.513	631.478	631.478	631.478
Lucro básico por ação	1,76281	(0,23240)	1,53041	1,03249	0,83257	1,86507

b. Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. As ações potenciais são tratadas como diluidoras quando, e somente quando, a sua conversão em ações diminui o resultado por ação ou aumente o prejuízo por ação proveniente das operações continuadas.

			2017			2016		
	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total		
Lucro								
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.111.476	(146.534)	964.942	647.173	530.575	1.177.748		
Quantidade média ponderada de ações ordinárias								
emitidas (milhares)	630.513	630.513	630.513	631.478	631.478	631.478		
Ajustes de:								
Opções de compra de ações (milhares)	5.896	5.896	5.896	10.033	10.033	10.033		
Quantidade média ponderada de ações ordinárias								
para o lucro diluído por ação (milhares)	636.409	636.409	636.409	641.511	641.511	641.511		
Lucro diluído por ação	1,74648	(0,23025)	1,51623	1,00883	0,82707	1,83590		

31 Compromissos

Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais de aluguéis de prédios, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir:

	Consolidado
	2017
Menos de um ano	12.467
Mais de um ano e menos de cinco anos	33.460
Mais de cinco anos	9.685
	55.612

32 Cobertura de seguros

A política de seguros leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As principais informações sobre a cobertura de seguros vigentes, segundo as apólices de seguro, podem ser assim demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Incêndio, IDT, raio e explosão de qualquer natureza	480.627	1.380.799
Alteração de valores em risco	100.000	300.000
Outras Coberturas	500.148	1.826.243

33 Transações com partes relacionadas

Transações e saldos

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações entre partes relacionadas que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera terem sido realizadas em condições e prazos usuais às de mercado para os respectivos tipos de operações.

Os mútuos com as partes relacionadas são corrigidos pela variação do CDI mais spread.

Nas relações comerciais com partes relacionadas, os preços são estabelecidos considerando as

características e naturezas das referidas transações.

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços e aluguéis, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as Companhias do grupo, estão demonstradas abaixo:

- O contrato de aluguel com a TV Serra Dourada Ltda. é corrigido pelo IGPM FGV, com prazo de vencimento indeterminado.
- O contrato de aluguel com a Brainfarma Indústria Química Farmacêutica S.A. é corrigido pelo IGPM – FGV, e o prazo de vencimento é 01 de maio de 2018, podendo ser prorrogado de acordo com a vontade das partes.

a.1 Nos ativos e passivos

							Controladora
		Outros				Outros	31/12/2017
Empresas	Clientes	valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores	Contas a pagar	valores a pagar	Mútuos a pagar
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-		-	(74.367)	-	(1.070)	(22)
My Agência Propaganda Ltda.	-	72	-	-	-	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	-	-	309	(323.616)	-	(304)	-
Universo Online S.A.	-	-	-	-	(604)	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A					(15)		
Total	-	72	309	(397.983)	(619)	(1.374)	(22)

							Consolidado
							31/12/2017
Empresas	Clientes	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores	Outros valores a pagar	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Universo Online S.A.	-	-	-	-	(604)	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A					(15)	-	
Total	-	-	-	_	(619)	-	-

						Controladora
						31/12/2016
Empresas	Clientes	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	305	_	(63.644)	-	(175)
My Agência Propaganda Ltda.	-	20	-	=	=	=
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	-	-	-	(229.952)	(6.254)	(2)
Falcon Distribuidora, Armazenamento e Transporte S.A.	-	15	-	-	-	-
Active Indústria de Cosméticos S.A		<u> </u>		(20)	(1.113)	(4)
Total		340		(293.616)	(7.367)	(181)

						Consolidado
						31/12/2016
Empresas	Clientes	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.		-		-		-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	-
Falcon Distribuidora, Armazenamento e Transporte S.A.	<u> </u>	<u> </u>				<u> </u>
Total						

Consolidado

a.2 No resultado do exercício

		Transações		(Despesas)/Re	ceitas Diversas		Juros s/ Mútuo
Empresas	Vendas de mercadorias/ produto	Compras de mercadorias/ produtos	Publicidade	Aluguéis	Serviços Prestados	Despesas financeiras	Receita: financeira:
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	(276.066)		-	-	(5)	
My - Agência Propaganda Ltda.	-	-	(13.100)	105	-	-	
TV Serra Dourada Ltda.	-	-	(26.403)	-	-	-	
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	-	(1.164.734)	-	(2.940)	-	(5)	
Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	-	
Universo Online S.A.	-	-	(7.855)	-	-	-	
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	(189)	-	
Total		(1.440.800)	(47.358)	(2.835)	(189)	(10)	

		Transações		(Despesas)/R	eceitas Diversas	Juros s/ Mútuo		
Empresas	Vendas de mercadorias/ produto	Compras de mercadoria/ produtos	Publicidade	Aluguéis	Serviços Prestados	Despesas financeiras	Receitas financeiras	
TV Serra Dourada Ltda.	-	-	(26.403)	(832)	-	-	-	
Universo Online S.A.	=	-	(7.855)	-	-	-	-	
Megatelecom Telecomunicações S.A.	<u></u>				(201)			
Total		-	(34.258)	(832)	(201)			

							2016
	Transações		(Despesas)/Receitas Diversas				Juros s/ Mútuo
Empresas	Vendas de mercadorias/ produto	Compras de mercadoria/ produtos	Publicidade	Aluguéis	Serviços Prestados	Despesas financeiras	Receitas financeiras
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	(219.837)			-		-
-My - Agência Propaganda Ltda.	-	-	(9.600)	-	-	-	-
TV Serra Dourada Ltda.	=	-	(24.162)	-	-	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	-	(1.005.807)	-	(2.519)	-	-	-
Active Indústria de Cosméticos S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Macro Etiquetas e Rótulos Adesivos Ltda.	-	(11)	-	-	-	-	-
Universo Online S.A.	-	-	(7.166)	-	-	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	(66)	-	-
Total	-	(1.225.655)	(40.928)	(2.519)	(66)	-	-
							Consolida

	Trans	(Despesas)/Receitas Diversas			Juros s/ Mútuo		
Empresas	Vendas de mercadorias/ produto	Compras de mercadoria/ produtos	Publicidade	Aluguéis	Serviços Prestados	Despesas financeiras	Receitas financeiras
TV Serra Dourada Ltda.		-	(24.162)	(540)	-		
Embalagens Allbox Ltda.	-	(35.532)	-	-	-	-	-
ICF Instituto de Ciências Farmacêuticas Ltda.	=	-	-	-	(760)	-	-
Macro Etiquetas e Rótulos Adesivos Ltda.	-	(2.709)	-	-	-	-	-
Gráfica e Éditora Faberprint Ltda.	-	(21.491)	-	-	-	-	-
Universo Online S.A.	=	-	(7.166)	-	-	-	-
Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	-	(2.616)	-	-	-	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	(101)	-	-
Total	-	(62.348)	(31.828)	(540)	(861)		-

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Fiscal e os Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração está apresentada a seguir:

		Controladora	Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	
Salários e outros benefícios de curto prazo	27.414	27.838	27.414	27.838	
Honorários dos conselheiros	702	673	702	673	
Pagamentos com base em ações	1.742	514	1.742	514	
Bônus eventual	26.500	28.863	26.500	28.863	
	56.358	57.888	56.358	57.888	

34 Eventos subsequentes

Em 09 de janeiro de 2018 foi efetuado o pagamento dos juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia no montante de R\$581.298.670,52 (quinhentos e oitenta e um milhões, duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e setenta Reais e cinquenta e dois centavos), equivalente a R\$0,92 (noventa e dois centavos) por ação ordinária, com retenção de 15% (quinze por cento) de Imposto de Renda Retido na Fonte, exceto para os acionistas que sejam comprovadamente imunes ou isentos.